

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE ENSINO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES**

**O MDB-MA E SEU “NOVO ESTILO DE FAZER OPOSIÇÃO”: Instalação e  
composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966)**

**SÃO LUÍS  
2018**

**PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES**

**O MDB-MA E SEU “NOVO ESTILO DE FAZER OPOSIÇÃO”: Instalação e  
composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966)**

Monografia apresentada à coordenação  
do curso de História da Universidade  
Estadual do Maranhão para obtenção do  
grau de licenciatura.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Monica Piccolo  
Almeida Chaves

SÃO LUÍS  
2018

Moraes, Paulo Leandro da Costa.

O MDB-MA e seu “novo estilo de fazer oposição”: instalação e composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966) / Paulo Leandro da Costa Moraes. – São Luís, 2018.

88 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

1. MDB-MA. 2. Bipartidarismo. 3. Composição Partidária. I. Título

CDU 329.052(812.1)(091)“1965-1966”

**PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES**

**O MDB-MA E SEU “NOVO ESTILO DE FAZER OPOSIÇÃO”: Instalação e composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966)**

Monografia apresentada à coordenação do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciatura.

**Aprovada em:** 25/06/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carine Dalmás  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Livia Bomfim Vieira  
Universidade Estadual do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

As palavras são insuficientes para expressar a grandeza da gratidão e importância de algumas pessoas que são a base da nossa existência, o local de apoio, o “porto seguro” que sempre nos voltamos nesses momentos mais turbulentos. A elas não devemos apenas algumas palavras de agradecimento, mas uma parte do que somos.

Então, primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por mais essa conquista.

A minha querida Alice Mendes, pelo seu amor, carinho e compreensão nos momentos de ausência e ansiedade, pelo apoio em todas as circunstâncias e sobretudo pelas palavras de conforto e pela atenção dada aos meus monólogos intermináveis.

Agradeço a minha mãe: Lourdes Conceição e ao meu pai: Carlos Augusto Conceição, pelo carinho, ensinamentos e correções que foram tão fundamentais para a minha trajetória, vocês são a base de todas as minhas realizações. Meu muito obrigado pelos incentivos e pela preocupação, vocês são parte importante nessa conquista.

Não posso deixar de agradecer a minha avó (Raimunda Sousa) que tem grande contribuição nessa conquista, sei que posso contar sempre com você; ao meu irmão: Luís Fernando Rocha e ao meu tio: Jionatha Costa, pelo companheirismo e constantes incentivos, meu muito obrigado.

Aos amigos que fiz ao longo dessa trajetória: Sara Costa, Renata Aragão (Renatinha), Andreia Duarte, Yara Cristine, Rosivaldo Brito (Rosi), Simone Alves e David Mendonça pelas longas conversas sobre crises existenciais e dificuldades enfrentadas juntos ao longo dessa caminhada. Agradeço-lhes pelos inúmeros momentos que pudemos passar juntos, aprendi muita coisa com vocês. Foram, e sei que ainda são, um sustentáculo nas circunstâncias mais difíceis.

Agradeço a Pedro Rodrigo e Kleber Luan pelos momentos de diversão, pelo aprendizado, e as discussões sobre o mundo real e imaginário.

Aos professores do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão que me ajudaram a construir parte do que sou não só como profissional, mas também como ser humano.

A Monica Piccolo pela orientação e pelas oportunidades que me concedeu, você tem parte muito importante no meu crescimento profissional.

E a Universidade Estadual do Maranhão, muito obrigado.

*O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam os germes de uma vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.*

Antonio Gramsci

## RESUMO

Pensando-se no partido político como um elemento complexo do Estado, e sobretudo, como “organizador das vontades coletivas” na concepção gramsciana, o objetivo desse trabalho é analisar o processo de instalação do MDB no Maranhão, considerando o contexto político-partidário do estado, a atuação do poder executivo e dos “aparelhos privados de hegemonia”, como balizador nos interesses de agente políticos. O golpe Empresarial-Militar de 1964, e sua subsequente ação de controle político, um importante elemento de reconfiguração política partidária foi substituído: o bipartidarismo (1965); resultando na formação da ARENA, partido de base do governo ditatorial, e do MDB, partido de oposição consentida (1966) e restringindo consideravelmente a atuação dos partidos políticos na estrutura estatal. Todavia o processo de instalação dos partidos em diferentes regiões do país, perpassa por contextos políticos diversos que o readapta de acordo com particularidades próprias. Embora a atuação da Ditadura Empresarial-Militar seja relevante na composição e sustentação desses grupos partidários locais, pode-se observar, contudo, um conjunto de elementos sociais e políticos regionais que servem de sustentáculo para a formação e consolidação partidária.

**Palavras-chave:** Ditadura empresarial-militar. Bipartidarismo. MDB-MA

## ABSTRACT

Thinking of the political party as a complex element of the State, and above all, as "organizer of collective wills" in the Gramscian conception, the objective of this work is to analyze the process of setting up the MDB in Maranhão, considering the political-partisan context of the state, the performance of executive power and the "private devices of hegemony", as a catalyst in the interests of political agents. The 1964 Business-Military coup, and its subsequent political control, an important element of party political reconfiguration was instituted: bipartisanship (1965); resulting in the formation of ARENA, the ruling party of the dictatorship, and the MDB, a consensual opposition party (1966), and considerably restricting the performance of political parties in the state structure. However, the process of setting up parties in different regions of the country, runs through different political contexts that readapt it according to its own peculiarities. Although the performance of the Business-Military Dictatorship is relevant in the composition and support of these local party groups, one can observe, however, a set of regional social and political elements that serve as a support for party formation and consolidation.

**Keywords:** Business-military dictatorship. Bipartisanship. MDB-MA



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de nomes e cargos da comissão executiva do MDB-MA, instituída a 18 de abril de 1966.....	52
Quadro 2: Candidatos à Deputados Federais, suas respectivas formações profissionais e declaração de bens.....	62
Quadro 3: Relação nominal dos candidatos do MDB-MA eleitos para a Câmara dos Deputados e seus respectivos votos.....	72
Quadro 4: Relação nominal dos candidatos do MDB-MA eleitos para a Assembleia Legislativa e seus respectivos votos.....	73

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – A formação da ARENA-MA e do MDB-MA a partir da filiação dos representantes dos partidos extintos na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.....	54
Tabela 2: porcentagem das demais atividades identificadas nas declarações de bens.....	64
Tabela 3: Lista das profissões dos candidatos a Assembleia Legislativa.....	65
Tabela 4: Despesas dos partidos com campanha política.....	67

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: quantidade de menções à candidatos dos partidos nos principais jornais locais.....	69
Gráfico 2: Número de votos obtidos por partido nas diferentes categorias concorridas no Maranhão nas eleições de 1966.....	71

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Propaganda política de Aldenir Silva, Candidato a Dep. Federal.....	68
---	----

## **LISTA DE ORGANOGRAMAS**

Organograma 1 – Elementos que condicionam a formação do MDB no Maranhão.....	74
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

ARENA: Aliança Renovadora Nacional.

ARENA-MA: Aliança Renovadora Nacional do Maranhão

CEMAR: Centrais Elétricas do Maranhão

DER: Departamento de Estradas de Rodagem

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MDB-MA: Movimento Democrático Brasileiro do Maranhão

PDC: Partido Democrata Cristão

PL: Partido Libertador

PR: Partido Republicano

PSD: Partido Social Democrático

PSP: Partido Social Progressista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PTN: Partido Trabalhista Nacional

TRE-MA: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UDN: União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – ALGUNS APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS E TEÓRICOS .....	22
1.1 O pioneirismo da Ciência Política nos estudos sobre partido político e bipartidarismo no Brasil e no Maranhão.....	22
1.2 A História Política e o Materialismo Histórico .....	28
1.3 Por uma concepção marxista de análise do partido político.....	32
1.4 Partido Político e Sociedade Civil em Gramsci.....	36
CAPÍTULO 2 – A GÊNESE DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO NO MARANHÃO.....	41
2.1 Contextos nacional e local de instauração do bipartidarismo.....	41
2.2 Os aparelhos privados de hegemonia o contexto de formação do MDB-MA.....	46
2.3 O MDB-MA e o discurso do “novo” .....	49
2.4 A instalação do MDB no Maranhão e sua composição.....	53
CAPÍTULO 3 – AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1966.....	61
3.1 Contexto histórico .....	61
3.2 Os Candidatos do MDB-MA.....	63
3.3 A propaganda política e a atuação dos aparelhos privados de hegemonia.....	68
3.4 O resultado das eleições .....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	77
REFERÊNCIAS .....	80
ANEXOS .....	87

## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui presente se insere em um proficiente campo de análise, que é a História do Tempo Presente, recorte que tem sido presenciado, sobretudo, nos estudos de cientistas políticos e sociólogos, mas que tem despertado o interesse de uma grande gama de historiadores que se voltam para o momento mais recente da cronologia histórica, levando em consideração toda a complexidade das relações que ainda podem estar presentes no momento de escrita histórica, como a diversidade das fontes e as condições de sua elaboração.

De acordo com Maranhão Filho, a História do Tempo Presente tem como recorte os últimos 50 ou 60 anos, e é o momento histórico em que se insere esse estudo monográfico, mais precisamente os anos de 1965 e 1966, com a formação do bipartidarismo no Brasil, e suas consequências políticas no estado do Maranhão (MARANHÃO FILHO, 2009, p.138).

No entanto, é indispensável destacar que o estudo da História do Tempo Presente apresenta inúmeras problemáticas, no qual o historiador que deseja se voltar para análise desse momento histórico deve estar atento. Entre elas, como elenca Eric Hobsbawm, está a noção de que a perspectiva de alguém sobre o passado pode ter mudanças significativas com o tempo, a relação entre o historiador e o que ele escreve, por ser essa a época de nascimento do historiador, e o compartilhamento de pressupostos de uma maioria, que pode produzir uma visão carregada de preconceitos acerca do que se pretende pesquisar (ERIC HOSBSBAWM, 2013, p. 135).

Não obstante, é fundamental levar em consideração os personagens políticos que fizeram parte do contexto de instauração do bipartidarismo no Maranhão e que ainda se fazem presente na composição política estadual, e que são fetichizados no interior do estado, a partir de um construto ideológico. Essa particularidade, não pode deixar de ser problematizada pelo historiador.

Destarte, esse conjunto de problemáticas, ligadas às dificuldades de acesso às fontes, tem produzido não só o desinteresse por parte dos historiadores, mas a contestação da escrita da História do Tempo Presente que se relaciona, ainda, ao que é destacado por Maranhão Filho: primeiramente, a subjetividade do historiador que pesquisa, seleciona as fontes, a metodologia e escreve a História, e que deve ter a atenção necessária, por ser testemunha e historiador, sendo muitas vezes o próprio autor da situação de seu estudo. Por outro lado, é fundamental levar em consideração que o historiador pensa a partir de seu próprio ponto de vista, e é esse ponto de vista que deve passar constantemente pelo exercício da crítica (MARANHÃO FILHO, 2009, p.141)



Um ponto de inflexão na produção historiográfica do Tempo Presente é o movimento dos Annales, ocorrido na França no século XX, sobretudo em sua terceira geração (a partir de 1960) que permitiu a ampliação da concepção do fazer histórico, com a introdução de análises voltadas ao estudo da História do Tempo Presente, como destaca Eric Hobsbawm “Os últimos trinta ou quarenta anos foram os mais revolucionários da história. O mundo, ou seja, a vida dos homens e mulheres que vivem na Terra, nunca foi transformado de maneira tão profunda, dramática e extraordinária dentro de um período tão curto” (HOBSBAWM, 1995, p.107).

Para Monica Piccolo (2010), as renovações ocorridas na concepção do fazer histórico também produziram uma mudança na concepção de um passado com elemento imóvel e estático, petrificado à espera do historiador para ressuscitá-lo; ligado a isso, é possível destacar ainda a definição do que é considerado o presente e seus limites cronológicos, pressuposto que permite a reelaboração da condução científica da produção histórica, abrindo oportunidades de análises coerentes e que dialogam com essa imobilidade do passado.

Para Enrique Padrós (2009), a noção de que a História do Tempo Presente é uma história do “nosso próprio tempo”, como definiu Hobsbawm (1995), evidencia uma “história em aberto”, que condiciona uma dificuldade em apreender os movimentos de mudança ou ainda a persistência de permanências. Todavia essas dificuldades na construção da História do Tempo presente devem ser enfrentadas a partir do pressuposto de que o fundamental é estabelecer uma explicação que mesmo findável, possa ser coerente. Para o autor:

Deve-se ressaltar o papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história; tal perspectiva enfatiza a necessária vinculação entre o acontecimento e o processo histórico que torna inteligíveis os marcos balizadores da “história mais contemporânea”. Isto é fundamental, pois é a partir de uma base analítica que se pode apreender a história como processo, e não como fragmentação desarticulada, ligando o presente aberto, com todas as suas possibilidades, com o passado mais recente (PADRÓS, 2009, p. 32).

Outra questão apresentada pela terceira geração dos Annales, fundamental para o desenvolvimento desse trabalho, é a possibilidade de estudo do político, que foi por muito tempo criticado pela historiografia, por se tratar de uma herança do positivismo e da história factual. Todavia, esse novo olhar para o fazer histórico permitiu perceber que o político não é meramente uma história do acontecimento, mas que é transpassado por diferentes aspectos. Como ressalta René Rémond (2003), a História Política é indispensável para compor o cenário histórico. O autor destaca para isso a relação da história com outras áreas de conhecimento, entre elas as Ciências Políticas e Sociais.

Sendo assim, estudar a formação de um partido político não é atentar somente para o político e suas estruturas, mas é estar atento às relações que são criadas com outros aspectos, de ordem social e/ou econômica, suas condições históricas e conformações ideológicas.

Partindo desses pressupostos, o objetivo deste trabalho é analisar a constituição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Maranhão a partir da introdução do bipartidarismo, pelo Ato Institucional nº 2 (1965), que visava reconfigurar a política partidária no país, recondicionando as relações partidárias nas diferentes esferas da política no Brasil.

É relevante destacar que o período analisado se insere em um momento relevante na política nacional, que se inicia com o Golpe Empresarial-militar em 1º de abril de 1964. Esse episódio bem como a sua caracterização, recebe algumas nomenclaturas que dizem respeito a diferentes concepções quanto ao seu protagonismo social. A primeira, identificada em Daniel Arão Reis (2001), apresenta o fato como “golpe militar”, ou seja, ressalta a ação estrita dos militares, que teriam recebido somente a posteriori o apoio da sociedade civil<sup>1</sup>.

Outra perspectiva adotada, é a de golpe “Civil-militar”, que pode ser subdivida em duas principais concepções, a partir relação estabelecida entre militares e civis. Uma delas é defendida por Carlos Fico (2003), no qual destaca que a articulação golpista teria sido resultado de uma aliança entre militares e civis, mas que o comando do regime de exceção teria ficado a cargo unicamente dos militares.

Em contrapartida, René Dreifuss (1981), defende que não só o golpe de 1964, como o regime que o sucede, são caracterizados como Civil-Militar. O autor destaca por meio de vasta documentação empírica o protagonismo de duas frações de classe: a empresarial e a militar no golpe que depôs João Goulart e no regime ditatorial que duraria 21 anos (1964-1985), como destaca Dreifuss:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Partindo-se da noção em que a fração empresarial, em conjunto com os militares, conduziu não só o golpe de 1964, mas a próprio regime nos anos subsequentes; e que o termo Civil-militar acaba produzindo generalizações, como se a sociedade civil em bloco estivesse apoiado a articulação golpista. Adota-se aqui o posicionamento de Ditadura Empresarial-

---

<sup>1</sup> O autor entende a sociedade civil como um campo exterior ao Estado, percebido de forma homogênea.

militar, que permite salientar o protagonismo da classe empresarial e de seus interesses. Como destaca Renato Lemos:

A natureza empresarial-militar desta aliança se explica por dois dos principais móveis da sua ação política: preservar a ordem capitalista interna diante de supostas ameaças comunistas e ajustar o sistema estatal à dinâmica do capitalismo mundial. (LEMOS, 2016, p. 5)

Essa percepção a respeito do período histórico em que se insere este estudo nos permite atentar para esse intrincado jogo de relações existentes entre o empresariado e o político, o que explica boa parte das medidas que foram tomadas durante o governo de José Sarney no Maranhão, abrindo espaço para a introdução do estado em uma lógica multinacional e associada (DREIFUSS, 1981), de caráter dependente.

As relações partidárias nesse contexto são elemento central de sustentação política para a implantação de tais medidas, se mostrando de fundamental relevância em 1966, momento em que o José Sarney busca estabelecer consistentes ligações políticas no Estado.

Portanto, é dentro desse conjunto de questões e a complexidade de relações que sustentam a formação de uma instituição como um partido político, que optamos pela utilização da base conceitual desenvolvida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, que partindo das concepções do materialismo histórico dialético elabora preposições sobre o Estado como sendo ampliado, ou seja, o conjunto de sociedade política e civil, que estão equilibradas, e que se diferenciam pelas instituições que as abrigam (GRAMSCI, 2007).

Esse conceito de Estado nos permite balizar a complexidade do político e de suas relações com outras questões, pensando os elementos que o compõem como um conjunto orgânico, que não pode ser separado, mas que se influenciam mutuamente. A percepção de Gramsci para as questões políticas, que se baseia principalmente nessa percepção do Estado Ampliado, possibilita uma análise do partido político não apenas como uma instituição que atua no “Estado Restrito”, como afirma a teoria organizativa do partido político, mas que tem amplas ramificações na sociedade civil.

Entre outras coisas, a própria noção de partido no filósofo sardo é ampliada, para ele os partidos atuam como “organizadores das vontades coletivas”, nesse sentido, estão diretamente relacionados à construção da hegemonia. Como destaca Michele Felippini para Gramsci o partido é um “*medium* moderno através do qual é exercida, de um lado, ação autônoma das classes e, de outro, a hegemonia da classe dirigente através do Estado” (FELIPPINI, 2017, p.

604). Esse *medium* deixa evidente a relação orgânica do partido com os diferentes elementos constitutivos do Estado em Gramsci: a Sociedade Civil e a Sociedade Política.

Esse arcabouço teórico permite, a partir de uma visão mais orgânica, reconstruir e problematizar a constituição do MDB no Maranhão, levando em consideração os diferentes elementos históricos em nível nacional, como o Golpe Empresarial-militar e suas intervenções na política partidária; e em nível local, como a ascensão do sarneísmo no Maranhão, as transformações político-partidárias que o estado já atravessava e a atuação do que Gramsci vai chamar de “aparelhos privados de hegemonia”.

Para buscar reconstituir esse processo de instalação do MDB no Maranhão, recorreremos à ampla documentação disponibilizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão<sup>2</sup>, que nos ajudou a reconstruir as principais implicações jurídicas de implantação do partido no estado, bem como os principais políticos envolvidos nesse processo, além de nos permitir acessar os dados dos candidatos das eleições de 1966, e os resultados da mesma.

Para delimitar a atuação dos aparelhos privados de hegemonia no processo de instauração do bipartidarismo no Maranhão, recorreremos a alguns dos principais jornais impressos que circulavam no Estado em 1966, entre eles o jornal *O Imparcial* e o *Jornal Pequeno*<sup>3</sup>, que nos permitiu delimitar os espaços de representação dos partidos na mídia local, além de possibilitar o contato com reportagens que viabilizaram a percepção da liderança do MDB-MA quanto à sua criação, instalação e seu papel no estado.

O primeiro capítulo deste trabalho: “Alguns apontamentos teóricos e historiográficos” foi dedicado ao estabelecimento de algumas considerações acerca da produção científica sobre o bipartidarismo no Brasil, destacando o protagonismo dos estudos na área da Ciência Política e o crescente interesse dos historiadores sobre o assunto, sobretudo pensando o desdobramento dessa política em seus respectivos estados. A partir disso, buscou-se ainda destacar as principais produções maranhenses a respeito das questões político-partidárias do período analisado, evidenciando-se a inexistência de trabalhos que tenham a implantação do bipartidarismo no Maranhão como principal objeto de estudo.

---

<sup>2</sup> O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se localiza à Av. Sen. Vitorino Freire, Areinha em São Luís, conta com um arquivo próprio, que dispõe de farta documentação sobre a questão partidária e eleitoral do Maranhão, entre a documentação, estão: registros de partidos e candidaturas, resultados eleitorais, entre outros, que se organizam em caixa-arquivos conforme eixo temático e ano.

<sup>3</sup> Os exemplares do *Jornal Pequeno* e *O Imparcial* utilizados como fontes desta pesquisa encontram-se acondicionados na Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na praça Deodoro, centro de São Luís. Apresentam-se organizados em livros divididos por trimestres de cada ano, localizados em arquivos e prateleiras do setor de jornais da biblioteca.

Nesse capítulo, procurou-se, ainda, estabelecer alguns apontamentos sobre a História Política, e como as constantes renovações do materialismo histórico podem possibilitar análises mais consistentes das questões políticas, e nesse caso sobre a instalação do MDB no Maranhão. Destinou-se um espaço à apresentação das principais correntes teóricas sobre os partidos políticos que dominam as ciências políticas, apresentando como o marxismo pode dialogar com essas correntes, sobretudo a partir das produções de Gramsci. Por fim, intentou-se expor as principais elaborações gramscianas sobre o partido político, buscando relacionar ao objeto desse trabalho.

No segundo capítulo, intitulado: “A gênese do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão”, apresentou-se o momento histórico de instauração do bipartidarismo a partir das condições políticas em que o país vivia, juntamente com o cenário político maranhense e as mudanças de ordem partidária que o Estado já atravessava. Além disso, destacou-se a implicação dos aparelhos privados de hegemonia na formação do partido, sobretudo, a partir da atuação do *Jornal Pequeno*<sup>4</sup> e *O imparcial*<sup>5</sup>. Demonstrou-se, ainda, a relação do partido com a ascensão da linguagem do novo no estado, da busca do MDB-MA, em se construir consenso a partir de uma ideia a respeito do partido que se apresenta como inovadora e responsável. Na continuidade, procurou-se analisar os elementos políticos de instalação do MDB no Maranhão, com os principais nomes que o compuseram, relacionando com o momento histórico do estado e nacional.

No último capítulo deste trabalho: “As eleições legislativas de 1966”, relacionou-se as condições de instalação do MDB no Maranhão com os resultados eleitorais de 1966 para o poder legislativo, levando em consideração os elementos históricos de formação do MDB no

---

<sup>4</sup> Fundado por José Ribamar Bogéa em 21 de junho de 1947 com o nome de *O Esporte*, tinha como objetivo fazer uma cobertura dos assuntos esportivos no Maranhão e no Brasil. Em 22 de Abril de 1951, o jornal passa a se chamar: “*Jornal Pequeno*”: “*O esporte*”, passando a contar com outras matérias além das esportivas. Por fim em 29 de maio de 1951, com a redução das matérias esportivas, o periódico passa a se chamar somente “*Jornal Pequeno*”. Como destaca Neto: “Desde o início, o *Jornal Pequeno* se apresentou à sociedade maranhense como um jornal de caráter popular. A forma de escrita em uma linguagem acessível [...] Além disso, fazia críticas ferrenhas ao governo do Estado, mais especificamente a administração de Newton Belo” (NETO, 2016 p. 44).

<sup>5</sup> O *Jornal O imparcial*, foi fundado em primeiro de maio de 1926 por José Pires Ferreira, defendendo o idealismo de jornalismo imparcial, que em tese estaria desprendido de qualquer compromisso político. Em outubro de 1944, o jornal foi vendido a um grande bloco midiático, que reunia 31 jornais diários, 5 estações de rádio e 9 canais de televisão, de propriedade de Assis Chateaubriand. Segundo destaca Carneiro, “A incorporação do grande matutino maranhense aos Diários Associados integra-o numa organização publicitária que visa fortalecer a unidade política e espiritual do Brasil, através de uma rede de jornais, emissoras e revistas colocadas nos pontos-chaves de cada região” (CARNEIRO, 1999, p. 240). Com a alteração da propriedade do jornal, observa-se significativas mudanças, como a introdução de matérias de ordem internacional e nacional. O jornal também passa a evidenciar interesses político-empresariais, tendo, sobretudo, participado do processo de desestabilização do governo de João Goulart, e prestado apoio ao Golpe empresarial-militar, que denominava de “Revolução”. “O matutino mostrou-se, no período de 1950 a 1970, instrumento de barganha do político Assis Chateaubriand com lideranças locais” (PINTO, 2008, p.5).

Brasil e as particularidades da instauração do bipartidarismo no Maranhão. Para isso, apresentou-se brevemente as ações do general-presidente Castelo Branco nas eleições, com um conjunto de atos institucionais e complementares que modificam a fisionomia das eleições, e as condições eleitorais do Estado.

Apresenta-se ainda os candidatos do MDB-MA, com a finalidade de mapear a composição de classe dos mesmos e, por conseguinte do partido. Intentou-se ainda salientar a ação dos aparelhos privados de hegemonia na propaganda eleitoral, e seu destaque para a ARENA-MA como importante partido de base política do governador, com pouca visibilidade ao MDB-MA. E, por fim, apresenta-se os números das eleições de 1966, e a relevância da questão partidária, evidenciada pela hegemonia da ARENA-MA nos diferentes cargos, finalizando com a apresentação dos candidatos do MDB eleitos em 1966.

## **CAPÍTULO 1 – ALGUNS APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS E TEÓRICOS**

Antes de adentrarmos na análise da criação do MDB no Maranhão é necessário estabelecer algumas ponderações sobre as produções que elencam o bipartidarismo como elemento de discussão, levando em consideração o pioneirismo da Ciência Política, mas também as crescentes análises da historiográfica nacional, destacando ainda as lacuna existente nos estudos político maranhenses sobre esse importante elemento de reconfiguração política no período da ditadura empresarial-militar no Estado, com o intuito de localizarmos melhor o objeto.

Torna-se importante ainda uma discussão a respeito das aproximações entre a História Política e o materialismo histórico, sobretudo com as concepções de Estado Ampliado, construídas por Gramsci, e que podem possibilitar uma significativa análise dos elementos ligados à questão política, relacionando com as teorias já presentes no seio da Ciência Política sobre o Partido Político, apresentando, por fim, as principais noções gramscianas sobre a temática, associando-as com a objetivo deste trabalho.

### **1.1 O pioneirismo da Ciência Política nos estudos sobre partido político e bipartidarismo no Brasil e no Maranhão**

Assuntos ligados às questões do “político” estiveram ao largo das análises históricas até aproximadamente a década de 1970, sobretudo por se considerar que estas não seriam capazes de abranger toda a totalidade histórica, e ser relacionadas a uma tradição pragmática, que devia ser abolida do contexto de produção historiográfica: o positivismo.

Logo, os estudos acerca do político ficaram a cargo de outros campos de conhecimento: sobretudo da Ciência Política. Como destacam Dreifuss e Dulci, até a primeira metade da década de 1970, os estudos políticos se concentram sobretudo “no exame da instituição militar e do papel político por ela desempenhado no regime instaurado em 1964”, destacando-se assim a “análise sistêmica de Alfred Stepan o estudo organizacional de Edmundo Campos e a exposição estrutural de Eliezer Rizzo” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 132).

Os autores destacam ainda que:

Ao longo da década, à medida que evoluía a estratégia de distensão adotada pelo governo Geisel, novos temas sobressaíram nas ciências sociais brasileiras”, sobretudo naqueles ligados a relação entre Estado/Sociedade Civil, a questão democrática, dos movimentos sociais, o novo sindicalismo e os partidos políticos ganharam relevo (DREIFUSS; DULCI, 2008, p.133).

Nesse sentido é só a partir da década de 1980 que os trabalhos mais ligados à questão partidária vão ter maior destaque<sup>6</sup>, com destaque especial o trabalho de e Maria Moreira Alves (1984), que destaca a relação entre o Estado e a Oposição nas diferentes esferas do Estado, seja na Sociedade civil, com a atuação de organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil, A União dos Estudantes, entre outros, seja dentro do própria Sociedade política na atuação de magistrados e da própria “oposição legal”: o MDB. A autora destaca a relação dialética entre Estado e Oposição, na qual todas as iniciativas são tomadas a partir das movimentações inerentes a essa relação.

Porém, é no trabalho de Maria Dalva Kinzo (1988), que o MDB vai ganhar um destaque especial, enfatizando-se como o partido se relaciona com a política durante o período ditatorial, como elemento que legitimaria um pretense regime democrático. A autora apresenta como são acomodadas as forças políticas no processo de reformulação partidária, destacando todo o processo de reconfiguração política e as implicações disso para o contexto político de então, sua atuação, limites e cerceamentos.

No campo propriamente historiográfico, inicialmente a questão do bipartidarismo é destacada como ponto fundamental na política da Ditadura empresarial-militar, aparecendo em relevantes discussões a respeito das engrenagens políticas da ditadura<sup>7</sup>. Nesse sentido é mais recente o interesse da historiografia pelo estudo propriamente da questão partidária, tendo como ponto de partida, sobretudo, as análises das ciências políticas. Pode-se destacar nesse sentido a dissertação de Motta (1993), que trata especificamente da gênese do MDB, e mantém intenso diálogo com o trabalho de Maria Kinzo (1988), embora discordando da autora no que diz respeito as relações entre os partidos que compuseram a política bipartidária, suas características e aproximações.

Outrossim, se intensificaram os estudos que buscam analisar a atuação da direita brasileira. No bojo desses estudos, se encontra o trabalho de Lucia Grinberg (2009), sobre a ARENA (1965-1979), no qual a autora busca compreender determinados acontecimentos do

---

<sup>6</sup>Entre esses se podem citar os trabalhos de FLEISCHER: “Do antigo ao novo pluripartidarismo. Partidos e sistemas partidários no Congresso Nacional” (1984); LAMOUNIER; MENEGUELLO: “Partidos políticos e consolidação democrática” (1986); MORAES: “A esquerda e o golpe de 64” (1989).

<sup>7</sup>Muitos estudos históricos que buscam analisar a Ditadura como um todo, e seu complexo político, fazem determinada alusão a questão do Bipartidarismo: SKIDMORE: “Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)” (1988), NETTO: “Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)” (2014), BORGES: “A doutrina de Segurança Nacional e os governadores militares (2009)”; de modo geral os trabalhos sobre conjuntura política partidária se concentram privilegiadamente nas análises de cientistas políticos, boa parte das informações e explicações atribuídas pelos historiadores tem como ponto de partida as concepções produzidas no âmbito daquela ciência.



regime através da ótica daquele partido, visando destacar a complexidade do período histórico e as relações entre os militares e o partido. Que por vezes a atuação dos políticos da ARENA, questiona a lógica ditatorial e os elementos que compunham o regime.

Porém, sabendo-se que a instauração do bipartidarismo reconfigura todo o complexo partidário nacional, e que é readaptado a partir das condições políticas de cada localidade, são significativamente relevantes as análises a nível regional, que buscam destacar a atuação dos agentes políticos e dos partidos de modo geral durante a vigência do bipartidarismo<sup>8</sup>.

Bem como a nível nacional, no Maranhão os estudos sobre o bipartidarismo, se concentram, inicialmente, nas análises da Ciência Política. Algumas das primeiras considerações sobre as formações políticas maranhenses e suas reconfigurações no período da Ditadura Empresarial-militar se encontram nos trabalhos do cientista político José de Ribamar Caldeira, que apresenta em um artigo publicado no ano 1978 que, mesmo com uma relativa estabilidade social observada entre os anos 1956 a 1976, o poder político maranhense passa por crises que alteram seu cenário político partidário. Para isso o autor destaca como se organiza a sociedade e a política no Maranhão, destacando que enquanto aquela está evidenciada por um “regime de classes” bastante diversificado; está não absorve todo o contraste social, sendo formada principalmente por um único grupo, devido a “padrões culturais desenvolvidos e mantidos pela sociedade no Maranhão”. Apesar de não especificar esses “padrões”, o autor destaca que o distanciamento geográfico dos centros hegemônicos da política e da economia, manteve o Maranhão distanciado de um processo de modernização, iniciado no país durante a década de 1930 (CALDEIRA, 1978, p.59).

O cientista político destaca ainda que a “diversificação intrarregional do Estado, assim como a dificuldade de intercomunicação entre as regiões favoreceu a constituição de oligarquias locais” que fixaram a dominação política nos diversos meios da administração pública. Para operacionalizar a análise, o autor destaca dois períodos específicos: o primeiro, entre 1956 e 1966, em que destaca a predominância na política Estadual, de um “coronelismo peculiar – o “vitorinismo”<sup>9</sup>, apoiado principalmente no PSD e sua articulação no estado; o segundo, entre

---

<sup>8</sup> Só a título de exemplo, pode-se citar: SOBREIRA: “Para além do ‘sim, senhor’: A Aliança renovadora nacional (ARENA) e a Ditadura Militar na Paraíba (2016)”; GUILHERME: “A Ditadura Civil-Militar e a ‘politicalha interiorana’: O caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR” (2012); BRAGA: “Ditadura e política local: a trajetória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Alegrete a partir das fontes orais” (2016).

<sup>9</sup> Segundo José de Ribamar Caldeira (1978), “foi um *coronelismo*” por ter como principal objetivo o controle do poder político por meio de um “exercício de um *mandonismo* sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado”. Na esfera propriamente política, que segundo o cientista político era de “exclusivo do interesse do *vitorinismo*”, a ação tinha como ponto fundamental o “controle dos Partidos Políticos e suas sub-lideranças políticas com ele identificadas, que juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do *vitorinismo*”.

1966 a 1976, caracterizado por um processo de modernização e de interferência específica do poder central, sobretudo em uma reconfiguração política com a formação de um bipartidarismo.

No artigo o autor apresenta de forma sintética como as estruturas erigidas pelo “vitorinismo” e suas ramificações na política maranhense são substituídas e que um conjunto de crises do poder político com a ascensão de novas figuras políticas, como a de José Sarney, não são capazes de alterar a estabilidade social do estado.

Ainda no âmbito da Ciência Política, é relevante destacar um capítulo da tese de Maria Guilhon (1996), que trata especificamente da ascensão do chamado, “sarneismo”<sup>10</sup> no Maranhão. Nele, a autora faz uma análise sobre o enfraquecimento político do “vitorinismo”, como decorrência de dissidências internas, e como esse processo possibilita o aparecimento do “sarneismo” enquanto grupo oligárquico, como resultado de interesses internos e militares para o Maranhão.

Além disso, é relevante destacar os escritos de Benedito Buzar<sup>11</sup>, jornalista e político que tem uma significativa quantidade de escritos<sup>12</sup> que se relacionam, principalmente, à temática da política estatal em seu “âmbito restrito”, com destaque ao poder executivo e, em muitos casos, a partir de sua relação com o governo federal, aparecendo principalmente alusões à política legislativa, para ações de deputados ou para casos extraordinários, como a “limpeza” produzida no poder legislativo estadual, por iniciativa dos próprios deputados maranhenses.

O autor e jornalista enfatiza em seus escritos os bastidores da política maranhense, com destaque para as principais facções políticas, que compunham o estado, sobretudo, as disputas existentes entre os chamados vitorinistas e sarneístas, divisão que ganha corpo nos discursos acerca da ditadura Empresarial-militar e que se faz bastante presente em boa parte das análises historiográficas que pretendem investigar a política maranhense de então.

A produção de Buzar é fruto, em grande parte, de sua experiência dentro do espectro político maranhense e de sua atuação jornalística, dando destaque às memórias. A escrita de Buzar é caracterizada pela narrativa dos fatos e pela “posição” dos atores políticos que compõem as tramas político-partidárias.

---

<sup>10</sup> O termo “sarneismo” aparece em oposição ao “vitorinismo”, pensando-se nesse sentido em grupos oligárquicos que se contrapõem, o termo aparece nas análises sobre os embates entre os grupos políticos que buscavam se estabelecer na política maranhense, e se liga a seu percussor donatário: José Sarney.

<sup>11</sup> Benedito Buzar era deputado estadual pelo PSD quando do Golpe Empresarial-Militar. O autor relata como se deu a atuação da operação limpeza no legislativo maranhense, em que ele próprio é alvo, perdendo o seu mandato (BUZAR, 1998).

<sup>12</sup> Entre as publicações mais conhecidas de Benedito Buzar estão: O vitorinismo (1998); e Vitorinistas & opositoristas (2001).

Já no âmbito da produção historiográfica, o conjunto das análises históricas está dividido, sobretudo, entre aqueles que dão destaque à ascensão do chamado “sarneismo”; as eleições e a propaganda política no pleito 1965 e sua relevância na formação da oligarquia “sarneista”; a administração de Sarney em seu primeiro mandato no governo estadual (1966 a 1970, quando deixa o cargo para ocupar cadeira no Senado) e a continuidade da política oligárquica “sarneista” no Estado<sup>13</sup>.

Entre esses trabalhos, se encontra a dissertação de Wagner Cabral Costa (2006)<sup>14</sup>, que apresenta uma análise da vitória eleitoral de 1965, com seus elementos políticos-ideológicos e os simbolismos presentes na construção da imagem de uma “campanha de libertação”. Utilizando de uma linguagem metafórica, o autor relaciona as condições políticas no contexto histórico em que se circunscrevem as eleições e estabelece uma análise da trajetória de Sarney Costa até as eleições e de sua administração (1966 a 1969).

Wagner Costa também produziu ainda alguns artigos, em que se dedica, especificamente, a fazer um balanço das condições políticas de surgimento do “sarneismo” e sua continuidade. Em dois desses artigos (1997 e 2002) o autor apresenta como a linguagem do “novo” é utilizada como sinônimo de modernização para a formação e consolidação de uma oligarquia. O autor destaca que o grupo político que ascende ao poder no Maranhão com o apoio da Ditadura Empresarial-militar na pessoa dos presidentes-generais, acaba se estabelecendo através de um tipo peculiar de discurso político e permanecendo durante anos no controle do Estado.

A instauração do bipartidarismo no Maranhão aparece nos artigos quando o autor analisa as condições em que se circunscrevem a política partidária no Maranhão durante a formação do “sarneismo”, destacando de modo generalizado como é composto os partidos, e suas implicações no contexto histórico em questão. Com foco principal na ARENA, o autor destaca a hegemonia desse partido e a diversidade que o compunha.

---

<sup>13</sup> São significativas as análises históricas que tratam sobre o sarneismo no Maranhão, e deve-se destacar aqui os trabalhos produzidos no interior do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), entre eles as monografias de BITTENCOURT: “JORNAL O IMPARCIAL: o poderoso Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão política de José Sarney” (2016); MENDES: “O milagre no Maranhão: análise da política econômica no governo José Sarney através da imprensa (1966-1970)” (2017); e relevantes artigos de Monica Piccolo, entre eles: “Os Sarney: Comunicação, Negócios e Poder no Maranhão” (2017) e “O sarneísmo rumo ao poder: disputas eleitorais e o projeto ‘Maranhão Novo’” (2015)

<sup>14</sup> A dissertação de Wagner Cabral Costa: “Sob o signo da morte” (2006) é a principal referência nas análises acerca da ascensão do “sarneismo” no Maranhão. O autor explora a complexidade do contexto político de então, bem como o uso do simbólico no político na construção da imagem de Sarney.

Nesse mesmo sentido, está o trabalho de Alan Pacheco Filho (2015), que apresenta as relações político-partidárias que levam a ascensão de José Sarney no Maranhão. Em seu trabalho, o autor apresenta como se deu a trajetória de José Sarney: sua relação inicial com o vitorinismo e as alianças políticas que estabelece com o advento do Golpe Militar (1964). Destaca ainda como as divisões internas do PSD que levam ao desgaste do grupo oligárquico e em conjunto com a cassação de Neiva Moreira, que era candidato das “oposições coligadas”<sup>15</sup> no Maranhão, abriu-se espaço para o José Sarney, que passa a ser o candidato do grupo político opositor.

Pacheco Filho (2015) também destaca em seu trabalho as questões político-ideológicas, sobretudo a elaboração imagética de José Sarney e de seus discursos sobre a “libertação” do Maranhão, dedicando-se a uma análise do “discurso ao Maranhão Libertado”, em contraste com a administração de continuidade da política sarneísta.

Portanto, é possível contar com uma quantidade significativa de análises que tem o político como ponto de reflexão, mas estão concentrados, sobretudo, na atuação do poder executivo, com pouco destaque a formação e constituição do bipartidarismo no Maranhão, que conta menos ainda com estudos que se concentrem na formação de um partido especificamente, o que não é um ponto de reflexão nem mesmo da Ciência Política. Nos poucos trabalhos que tratam indiretamente da instauração do bipartidarismo no Maranhão, estes fazem menção à questão com a finalidade de estabelecer conclusões acerca da preponderância da ARENA em relação ao MDB.

Obviamente que a hegemonia numérica da ARENA, sobre o MDB, sobretudo a partir das eleições de 1966, tem justificado posicionamentos que pouco enfatizam a fundação desse partido, os elementos que os compuseram e condicionaram a sua criação e sua pouca expressividade no pleito de 1966. Portanto, é fundamental buscar compreender os elementos que produzem essa condição subalterna do partido, frutos de uma diversidade de condições históricas específicas.

---

<sup>15</sup> Grupo político formado a partir das eleições de 1954 sob a legenda: “Unidos pelo Maranhão”, sendo chefiada por Lino Machado e Alarico Pacheco, com o desaparecimento desses dois do cenário político Maranhense esta passa a si denominar “oposições coligadas” mas os objetivos era sempre os mesmos: Reunir os adversários históricos de Vitorino Freire: “tinha como principal plataforma política a busca da retirada da oligarquia possedista do poder do Estado, entendida como a forma de superação da estagnação em que estava submerso o Maranhão; após isto, e uma vez no poder, promoveriam o desenvolvimento do Estado”. (CALDEIRA, 1978, p. 83).

## 1.2 A História Política e o Materialismo Histórico

Para a análise da formação do MDB no Maranhão, é necessário levar em consideração as inúmeras contribuições de um já profícuo campo de análise histórica, que é a História Política, sendo importante ferramenta para compreensão de todo um cenário histórico que, em conjunto com outros aspectos,<sup>16</sup> constitui um elemento fundamental de compreensão do passado, não de forma superior, nem tampouco inferiorizada, mas como possibilidade conjuntural.

Este tipo de produção foi por muito tempo aliado do fazer histórico, principalmente a partir da chamada Escola dos Annales, com sua pretensão de construção de uma história total, como aponta René Rémond (2003), que destinou à história política tudo que havia de mais indesejável da produção positivista, e de uma história que deveria ser suplantada, com seu caráter “factual, anedótico, individualista, subjetivista, idealista”. Mas, como o mesmo autor aponta, este tipo de análise retorna para o centro das produções históricas exatamente por provar não ser nada daquilo que fora acusada. Logo, o próprio espaço político pode ser o reflexo de questões que perpassam toda a sociedade.

Sua diversidade, seus antagonismos proporcionam ao governo, aos políticos, ao aparelho administrativo uma margem de independência, um espaço de liberdade e uma capacidade de arbitragem que eles usam geralmente em função da ideia de fazer do interesse superior da coletividade nacional (RÉMOND, 2003, p.24).

Laurindo Pereira (2008) divide a história política em três fases: a) a fase pré-*analles* em que “a hegemonia da história política era tão vigorosa que, às vezes, se confundia com a história como um todo”, e tinha como padrão o acontecimento; b) o período 1929-1974, que compreende a chamada primeira e segunda geração dos Analles”, em que predomina a “história-problema com ênfase nas séries, na conjuntura e na estrutura, tornando o fato desprezível”; e c) a fase compreendida entre 1974 e os dias atuais, que compreende a chamada terceira geração dos Analles, em que o político ganha novos contornos com a “renovação da História como um todo”, os historiadores se abriram para o diálogo com outros campos do conhecimento, entre eles a Ciência Política. Como destaca Pereira, os “pontos principais da mudança são o reconhecimento da especificidade do político e a transformação dos conceitos de Estado e poder” (PEREIRA, 2008, p.6).

---

<sup>16</sup> Como a sociedade, a economia e a cultura.

Nessa perspectiva, as formulações teóricas marxistas sofreram fortes críticas pelos historiadores do político pós-1974, sobretudo por sua forma de concepção do Estado e pela primazia dada ao econômico. Mas o materialismo histórico é um campo que tem se desenvolvido após Marx, como destaca Hobsbawm: “a história marxista toma Marx como ponto de partida e não como ponto de chegada” (HOBSBAWM, 2013, p.183).

Uma importante contribuição para as análises políticas e da formação do MDB no Maranhão são as concepções do marxista Antonio Gramsci, que pode ser considerado como uma continuidade/superação das elaborações de Karl Marx e Lênin, contribuindo de forma expressiva no reconhecimento do não econômico, na superação de simplificações deterministas e mecanicistas (COUTINHO, 1989). Sobretudo com a introdução no seio da reflexão marxista do elemento político, este, partindo do priori básico da existência de “governantes e governados, dirigentes e dirigidos” (SADER, 2012, p.11) que possibilita verificar a complexidades das condições políticas de formação do partido no estado e suas particularidades.

Uma das principais formulações gramscianas é a noção de Estado, na qual o Estado é “ampliado”, dividindo-se em “sociedade civil e sociedade política”, partes que mantêm determinado equilíbrio, sendo aquela formada precisamente “pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos (...)” e esta seria formada “pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal de repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar” (COUTINHO, 1989). Essa perspectiva é uma superação das noções elaboradas por Marx, e se aproximam de uma percepção do Estado como um elemento muito mais complexo da sociedade, como destaca o filósofo sardo:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente uma representação da forma corporativo-econômica, isto é da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos a noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia encouraçada de coerção) (GRAMSCI, 2007, p. 244).

Essa concepção é fundamental para analisar as relações entre os diferentes elementos que compõem o Estado, e a sua relação com as diferentes instituições que o compõem, entre elas o partido político, que se encontra dentro do complexo político e de suas idiossincrasias.

Todavia, esse Estado não é igual em todas as sociedades. No último texto escrito antes de sua prisão, que Gramsci chamou de *Questão Meridional*, denunciou a existência de dois tipos de Estados: os “ocidentais”, em que a política já passou por um processo de socialização, revelando uma dinâmica muito maior entre dirigentes e dirigidos, sendo as disputas, sobretudo, por hegemonia, com *locus* inicial na sociedade civil e na busca por posições e espaços, o que Gramsci denominou como “guerra de posições”, sobretudo por uma “direção político-ideológica” e de “consenso”. Já nos Estados de tipo “oriental”, existe a predominância de um “Estado-coerção”, impondo a “luta de classes um ataque frontal” e não uma disputa por hegemonia. Nesse sentido, a tomada do poder só pode ocorrer por “assalto”. Essa divisão, diferentemente de qualquer simplificação geográfica, está muito mais relacionada à questão histórica e ao processo de socialização da política (COUTINHO, 1989).

Outra formulação relevante em Gramsci é a sua concepção de “hegemonia”, que aponta para uma centralidade da ideologia, distanciando-se das formulações que sobrepunham a estrutura à superestrutura. Por essa ótica, a sociedade civil mantém um papel central na construção das relações sociais. Logo, a conceito de “hegemonia”, em Gramsci, “oscila entre um sentido mais restrito de ‘direção’ em oposição a ‘domínio’, e um mais amplo e compreensivo de ambos (direção mis domínio)” (GIUSEPPE COSPITO, 2017, p. 364).

Uma classe é dominante em dois modos, isto é, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo ‘dirigente’” (GRAMSCI apud GIUSEPPE COSPITO, 2017, p.364).

Destarte, o exercício da hegemonia perpassa dois elementos fundamentais: a força e o consenso. Portanto, a hegemonia “caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2007, p. 95). Essa concepção de hegemonia, apontada por Gramsci, nos permite verificar a relação dentre o Estado Restrito e os diferentes órgãos da sociedade civil, entre eles os partidos, que são fundamentais na construção da hegemonia, os aparelhos privados de hegemonia, que atuam ao lado do Estado, e que nas análises acerca da formação do MDB se apresentam de modo bastante enfático na atuação da mídia maranhense.

A partir dessas concepções, é relevante destacar a noção de ditadura em Gramsci, que dialoga não só com o período histórico que está sendo analisado, mas a todo o complexo jogo político que se produz, que tem uma relação intrínseca, com o conceito de hegemonia,

sobretudo no que ele vai chamar de Estados de tipo “Piemonte”, nas “revoluções passivas”, com a substituição dos “grupos sociais locais ao dirigir uma luta de renovação”. Nesse caso, o que existe é uma função estatal de “domínio” e não de “direção”, “uma ditadura sem hegemonia” (GRAMSCI, 2002, p.330).

Como destaca Coutinho (1989, p.124), o conceito de revolução passiva tem uma ampla possibilidade de aplicação, sendo importante meio de ponderação não só no período de “consolidação do capitalismo”, mas também como “instrumento para explicar a passagem da fase concorrencial à fase monopolista do capitalismo”.

“[Com o fascismo], ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, mediante a intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento ‘plano de produção’, ou seja, teriam sido acentuadas a socialização e a cooperação da produção, sem por isto tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupista do lucro (GRAMSCI apud COUTINHO, 1989, p.124).

Coutinho ressalta que o regime ditatorial no Brasil, apesar de não poder ser considerado como um regime fascista clássico, tem fortes semelhanças no que diz respeito à política econômica, com o controle e limitação da camada tecnocrática-militar sobre a ação do capital privado (COUTINHO, 1989, p.124). O conceito de “revolução passiva”, portanto, tem importante aplicação no período da Ditadura Empresarial-militar no Brasil, pois permite admitir as consistentes relações entre o Estado e a política econômica e suas reverberações nos diferentes setores da sociedade, entre eles a limitação da atuação partidária.

Todavia, é importante ressaltar que a “‘Ditadura sem hegemonia’ não significa que o Estado, que é o protagonista de uma ‘revolução passiva’, possa prescindir de um mínimo de consenso. De outro modo, ele teria que utilizar sempre e apenas a coerção, o que em longo prazo tornaria impossível seu funcionamento” (COUTINHO, 1989, p.124). Como destaca o próprio Gramsci “na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 2007, p. 257).

Outro elemento importante na discussão gramsciana é a noção de “grande e pequena política”. Para o filósofo italiano, a grande política “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados”; enquanto a pequena política “compreende as questões parciais e quotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2007, p.21). Essa ótica nos permite estabelecer ponderações a respeito das políticas proeminentes no interior do



Estado, próprias das relações entre “sociedade política” e “sociedade civil”, que operacionalizam a percepção de uma complexidade relevante nas condições ideológicas do Estado, que se prendem as noções de pequena política, mesmo durante um governo militar e autoritário.

Sônia Mendonça e Regina Fontes, apontando para a operacionalidade dos conceitos de Gramsci, destacam:

O conceito de Estado ampliado permite identificar a íntima correlação entre as formas de organização das vontades (singulares e coletivas), a ação (imediata ou mediata) e a própria consciência (sociedade civil) e as instâncias específicas do Estado em seu sentido restrito (sociedade política). Gramsci supera a dualidade das análises que contrapunham a base à superestrutura, integrando a sociedade civil e a sociedade política em uma só totalidade, em permanente interação, no âmbito do que ele considera as superestruturas (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 62).

Portanto, para além das condições próprias estabelecidas pela política em seu âmbito “restrito”, essa condição é superada ainda pela noção de Estado abordada por Gramsci, sendo esta concebida de forma ampliada, na qual o elemento político é atravessado pelos diversos setores da sociedade que se inter-relacionam, se constituído como uma abordagem que complexifica as concepções do universo político e das relações estatais. Essas condições nos permite uma análise da formação do MDB; e sua relação com esses diferentes setores do Estado.

### **1.3 Por uma concepção marxista de análise do partido político**

Para uma melhor localização teórica das concepções de partido na teoria gramsciana, é necessário destacar as produções da Ciência Política, por meio das quais é possível identificar uma diversidade de noções que buscam explicar o partido político e sua atuação, partindo de perspectivas que elencam diferentes particularidades deste importante instrumento político da sociedade moderna. Assim, de acordo o ressaltado por Huntington, “é a instituição distintiva da política moderna”, apesar de que para este autor, ela não é a única, instituição que distingue a política moderna, muito menos a mais importante (HUNTINGTON apud UMBERTO CERRONI, 1993, p.123).

Panbianco destaca pelo menos três enfoques diferentes no que diz respeito às abordagens teóricas acerca dos partidos políticos: as que enfatizam a estrutura organizativa; aquelas que elencam a orientação ideológica e as que destacam a base social. De acordo com o autor, uma das grandes expressões da perspectiva estrutural organizativa é Max Weber, que se

concentra nos elementos que distingue os partidos modernos de qualquer outro grupo organizado e que historicamente tenham exercido funções similares, se aproximando principalmente do aparato burocrático, local privilegiado para o funcionamento e concorrência dos partidos, na busca pelo controle estatal (PANEBIANCO, 2005).

O dicionário de política escrito por Norberto Bobbio et al (1998) traz uma definição de partido político tendo como pressuposto as formulações de Weber, em que o partido político extrapola o caráter associativo e traz em seu cerne a busca por objetivos, que se delinea de forma material e/ou ideal, que podem ser de caráter “pessoal” e /ou “coletivo”. Nesse sentido, o partido seria muito mais que uma entidade agregadora de indivíduos e passa a ter uma função dupla, de “transmissão do questionamento político” e “permissão que as massas participem no processo de formulação das decisões políticas” (BOBBIO et al, 1998, p.898).

Portanto, para essa corrente de pensamento, o grau em que uma organização partidária estabelece “estratégias de adaptação ou de predomínio sobre a realidade exterior depende da força de sua institucionalização”, ou seja, é exatamente o modo como o partido surge e como se estabelece organizacionalmente que vai determinar sua autonomia e sua sistematização interna. Além disso, Weber faz uma classificação ampla dos partidos políticos, entre “partidos de representação individual e partidos de representação de massas; tendo como principal critério o elemento “histórico-organizativo” (MENDONÇA, 2008, p.71)

Todavia, se somou uma diversidade de críticas, por parte de uma corrente caracterizada por Umberto Cerroni de ceticismo organizativo, às vertentes que destacam determinada organização partidária (CERRONI, 1992). Um dos mais influentes, de acordo com Cerroni, foi Robert Michels que destaca que o ideal democrático se torna impossível pela incapacidade das massas poderem deter o poder governamental e pela impossibilidade de uma democracia direta, exigindo uma delegação por parte dessas massas, substituindo a “igualdade genérica do ideal de democracia pela igualdade dos organizados”. Nesse sentido, o que existe é uma profissionalização dos partidos modernos, com capacidades específicas “criando uma elite, inclusive nos partidos operários” (MICHELS, s.d. p.10).

Outrossim, Joseph Schumpeter destaca um interesse direto dos cidadãos pela prática política, elencando a necessidade do preparo prévio desse indivíduo para participar desses espaços de poder, ao contrário este cidadão estaria preso a interesses particulares e afastado da esfera pública (SCHUMPETER, 1961, p. 320).

Outro autor que figuraria entre os ceticistas organizativos para Cerroni é Maurice Duvenger, que teria favorecido uma “tendência autocrática” dos partidos políticos. Embora para este último autor existam algumas exceções, como o fato de acreditar que os partidos são

obrigados a estabelecer algumas concessões às massas e ao princípio democrático, para estabelecer influências, a regra é a concepção de “autocracia”. Seu conjunto de pressupostos acerca da dinâmica dos partidos políticos o leva a admitir que a administração partidária assumia sempre um modelo oligárquico (CERRONI, 1982). Uma das críticas feitas por Viana (2003) aos trabalhos de Robert Michels, *A sociologia dos partidos* e de Maurice Duverger, *Os Partidos Políticos*, é que estes são trabalhos extremamente descritivos.

Os trabalhos de Robert Michels buscam enfatizar a natureza sociológica dos partidos. Nesse sentido, o autor destaca uma classificação bastante ampla dos partidos políticos, baseada em diferentes questões sociais como a “proteção dos inferiores por uma figura dominante, os que se vinculam a seitas religiosas, os que se sustentam em figuras carismáticas, entre outros”, dedicando “mais atenção às estruturas, considerando nos Partidos, sobretudo, o seu aspecto de “maquinismo”, organização, aparelho” (BARACHO, 1979, p. 131)

Por outro lado, a corrente de análise partidária que elenca como principal ponto de discussão a base social, se inspira principalmente nas concepções do materialismo-dialético, embora estudiosos populistas e nacionalistas, que não estão filiados ao marxismo também privilegiem esse tipo de análise. Nesse sentido, os escritores marxistas compreendem os partidos como “agentes portadores da identidade de classe”, e são transformados em “veículos de divisão social”, já os segundos os identificam como ferramenta política de uma “interação policlassista, nacional e/ou popular” (PANEBIANCO, 2005).

Marx e Engels viveram numa época em que ainda não existiam os partidos políticos modernos e somente no final de suas vidas é que os primeiros partidos socialdemocratas surgiram. Eles criticaram os partidos políticos existentes em sua época e, certamente, o posterior desenvolvimento de tais partidos [...] O debate entre Rosa Luxemburgo, integrante do partido socialdemocrata alemão, e Lênin, líder do partido bolchevique na Rússia, marcariam os primeiros passos de uma teoria marxista do partido político (VIANA, 2003, p. 7-8).

Após essas primeiras preposições teóricas acerca dos partidos políticos, houve outras importantes contribuições de estudiosos marxistas, por um lado, aprofundando as preposições de Rosa Luxemburgo, entre eles Otto Ruhle, Paul Mattick, entre outros, que buscaram demonstrar o caráter conservador dos partidos políticos; e por outro, pensando o partido político como “sujeito da história”, como afirmado por Lênin, seguiram as elaborações de Stálin, Togliatti, Lukács, Gramsci, entre outros.

Gramsci por sua vez, ao priorizar o elemento histórico, não deixa de dialogar com aquelas concepções sociológicas, sobretudo ao destacar alguns traços da política moderna,

como a profissionalização da política e o papel dos chefes ao destacar uma “progressiva complexidade da profissionalização da política, devido à qual os chefes dos partidos tornam-se, cada vez mais profissionais” (GRAMSCI, 2007, p.160).

No entanto, a introdução do conceito de práxis, isto é, da relação intrínseca entre teoria e prática, revela um sentido histórico, que a “separação de dirigentes e dirigidos naturalizada nas concepções de Michels e Duvenger” não prioriza. A análise dessa profissionalização deve ocorrer segundo um “teorema das proporções definidas<sup>17</sup>”, princípio que para Gramsci

Pode ser aplicado aos partidos, aos sindicatos, às fabricas, para ver como cada grupo social tem uma lei própria de proporções definidas, que varia de acordo com o nível de cultura, independência mental, espírito de iniciativa e senso de responsabilidade e de disciplina de seus membros mais atrasados e periféricos[...] Seria possível usar metaforicamente esta lei para compreender como um “movimento” ou tendência de opiniões se torna partido, isto é, força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental: precisamente na medida em que possui (elaborou em seu interior) dirigentes de vários graus e na medida em que seus dirigentes adquiriram determinadas capacidades (GRAMSCI, 2007, p.84)

O autor, porém, destaca que o recurso ao teorema “tem um valor esquemático e metafórico”, não podendo ser “aplicado mecanicamente, já que nos agregados humanos o elemento qualitativo tem uma função predominante” (GRAMSCI, 2007, p. 84). E é aqui que está um dos grandes diferenciais da abordagem gramsciana, a introdução de uma concepção dialética, que dialoga intrinsecamente com o caráter histórico e que mostra ter um caráter relevante nos estudos acerca do partido político, da formação e conformação de forças partidárias e, nesse sentido, do MDB no Maranhão.

A própria noção do Estado Ampliado em Gramsci nos permite destacar certa complexidade do partido político, sua atuação como parte integrante não só no Estado Restrito, mas como elemento importante da Sociedade Civil, como destaca Umberto Cerroni, “a centralidade do partido depende do fato de que no mundo moderno produziu-se uma cisão vertical entre a esfera social e a esfera estatal e que o partido acaba de certo modo, por constituir o veículo mediante o qual aquela cisão é mediada e regulada” (CERRONI, 1993, p. 123).

Além disso, o equilíbrio entre Sociedade Civil e Política e a necessidade do exercício da hegemonia nos Estados de tipo ocidental fazem do partido político não apenas um grupo

---

<sup>17</sup> Gramsci destaca que o “teorema das proporções definidas” é um conceito adaptado de “Pantaleoni, nos Principii di economia pura: “os corpos só se combinam em proporções definidas, e cada quantidade de um elemento que supere a quantidade exigida para uma combinação com outros elementos presentes em quantidade definidas[...] (GRAMSCI, 2007, p. 84).

profissional, ligado aos espaços de poder, mas um elemento de relevância ideológica da esfera civil.

As concepções do partido político elaboradas por Gramsci permitem operacionalizar uma análise mais coerente da formação do MDB no Maranhão, que leve em consideração não só a questão instrucional e política em seu âmbito restrito, mas que possa dialogar com o elemento social e histórico, ou seja, que tem relação com as mudanças sociais e políticas que estavam ocorrendo em âmbito nacional: como a Ditadura Empresarial-militar, nas particularidades que se desenrolavam no estado, com a ascensão política da oligarquia sarneista e a atuação política dos aparelhos privados de hegemonia.

#### 1.4 Partido Político e Sociedade Civil em Gramsci

Cabe então destacar quais os matizes teóricos que Gramsci se apropria para explicação do partido que não é somente um elemento distintivo da sociedade moderna, mas um “*medium* moderno através do qual é exercida, de um lado, ação autônoma das classes e, de outro, a hegemonia da classe dirigente através do Estado” (FELIPPINI, 2017, p.604).

Nesse sentido, os partidos passam a “compreender não só as organizações estruturadas de massa” como também intuições privadas como os jornais (FELIPPINI, 2017, p.605). Destarte, o conceito de partido é mais amplo, na medida em que não se resume ao partido político *stricto sensu*, mas abrange toda uma totalidade de instituições presentes na “Sociedade Civil” e que, segundo ele, são responsáveis pela “organização das vontades coletivas<sup>18</sup>”.

As ideologias, ainda que naturalmente não sejam indiferentes ao Estado, tornam-se algo “privado” em relação a ele: a adesão às ideologias em disputa torna-se um ato voluntário (ou relativamente voluntário) e não mais algo imposto coercitivamente. Criam-se assim, enquanto portadores materiais dessas visões do mundo em disputa, em luta pela hegemonia, o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia” (COUTINHO, 1989, p.80)

Portanto, os aparelhos privados de hegemonia podem “se constituir verdadeiros partidos” na medida em que “constituem o aparato hegemônico e um grupo social”. A partir da observação da realidade italiana, o autor conclui que “na falta de partidos organizados e

---

<sup>18</sup> A vontade coletiva nas formulações gramscianas tem um papel central na construção de uma ordem social, sendo resultado do contato entre os homens e criadora da realidade social. A vontade é a “consciência operosa da necessidade histórica”, e “protagonista de um drama histórico real e efetivo”. (GRAMSCI, 2007, p.17). Nesse sentido, a vontade coletiva é identificada com a prática política.

centralizados, [...] são os jornais que constituem os verdadeiros partidos. (GRAMSCI, 2001 p.218) Portanto, o partido é, sobretudo, o organizador da fase hegemônica nas relações de força<sup>19</sup>. Fica evidente nas formulações gramscianas a necessidade de um vínculo orgânico entre as classes que pretendem ser dirigentes e a Sociedade Civil. É nesse setor do Estado que são “formadas as condições de reprodução ideológica, de consenso, que permitirão à Sociedade Política assumir a direção” (FELIPPINI, 2017, p.605). Esse caráter do partido nos permite estabelecer uma análise da mídia maranhense, como partidos, responsáveis pela organização da vontade coletiva, e como organizadores da fase hegemônica nascente, com a ascensão do sarneismo e o fortalecimento da ARENA, demonstrando um caráter orgânico das formações políticas e instituições da sociedade civil.

Os partidos políticos *stricto sensu*, na concepção gramsciana, enquanto formadores de uma determinada opinião pública, como a imprensa, por exemplo, estão situados no bojo da Sociedade Civil. Embora se deva dar atenção a um processo de “estatização”: “com o declínio dos partidos parlamentares tradicionais, vinculados ao Parlamento, o monopólio do estado sobre os novos órgãos de opinião pública e tentativa de estatização dos antigos” (GRAMSCI, apud FELIPPINI, 2017, p.605).

Por esta perspectiva, a divisão entre Sociedade Civil e Política não se dá de forma integral, e o Parlamento é o órgão fundamental de inter-relação entre esses setores do Estado: “exercício normal da hegemonia no clássico terreno do regime parlamentar caracteriza-se pela combinação entre força e consenso, que se equilibram variavelmente, sem que a força supere demais o consenso” (GRAMSCI, 2007, p.). O partido político exerce assim uma tripla função: 1) como organizador das massas; 2) como elo orgânico que possa ser capaz de preparar no nível ideológico o campo de transformações sociais; 3) o representante de um grupo social. (ZAVARIZE, 1987, p.31)

E, para que o partido exista na concepção gramsciana:

é necessária a confluência de três elementos fundamentais: 1) um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo[...]; 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças, que abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; [...] 3) um elemento médio, que articule o

---

<sup>19</sup> As relações de força são um ponto fundamental nas concepções gramscianas, e buscam estabelecer uma relação com a “realidade efetiva”. Nesse ponto pode-se destacar que é nessa “realidade efetiva” que ocorrem as relações de força: “a realidade efetiva é algo estático e imóvel ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio?” Ou seja, essas “relações de força” em Gramsci, são fruto da dialética própria do real.

primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só físico, mas moral e intelectual. (GRAMSCI, 2007, p.316-317)

O que se pode depreender deste terceiro elemento é um dado caráter “educativo” do partido, no intuito de formar uma intelectualidade que possa atender as necessidades e interesses de classe: “aquilo que no Estado é ‘força coercitiva e punitiva’, no partido já é adesão espontânea de uma elite a tal regulamentação, considerada como tipo de convivência coletiva para o qual toda a massa é educada” (GRAMSCI, 2007, p. 267).

A intelectualidade e a sua relação com o Estado pode ser considerada um dos importantes pontos de análise de Antonio Gramsci, sobretudo naquilo que o filósofo vai tratar como a questão dos intelectuais: se os intelectuais devem ser considerados como um grupo social autônomo ou se, ao contrário, cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais; ademais, como identificar e definir os limites máximos da acepção de ‘intelectual’. Para a primeira questão, Gramsci destaca que todo grupo social nascente na “base originária de uma função social no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais”; para a segunda questão, na concepção gramsciana, é necessário buscar “no sistema de relações nas quais a atividade intelectual (ou o agrupamento que a personifica”) se encontra no contexto geral das relações sociais” (GRAMSCI apud VOZA, 2017, p. 426).

Nesse sentido, o intelectual não pode ser considerado como mera categoria autônoma, mas como resultado de um produto social e histórico, elemento que legitima e promove a coesão ao complexo social e suas múltiplas relações. Destarte, a relação entre produção e intelectuais não pode ser imediata, mas mediada pela Sociedade Civil e pelo Estado Restrito. Ou seja, a relação do intelectual com os diferentes setores do Estado o possibilita ações diversificadas no campo ideológico e político, uma capacidade “conectivo-organizativa”, no que Gramsci vai chamar de “intelectual orgânico” (VOZA, 2017, p. 431).

Isto posto, pode-se depreender que o partido político, como órgão que mantém determinada relação, tanto com a Sociedade Civil, quanto com a Sociedade Política, é constituído por determinada intelectualidade orgânica:

O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente da dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e

desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2001, p. 24).

Porém, para o autor sardo, é necessário distinguir a função que determinado partido exerce, “progressiva” ou “regressiva”. Para o autor, essa “distinção é dada pelas forças sociais de referência”, mas também pelo “modo de funcionar dos partidos políticos” (FILIPPINI, 2017, p.605).

O funcionamento de um dado Partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista, funciona ‘democraticamente’ (no sentido de um centralismo democrático), quando o partido é reacionário, funciona ‘burocraticamente’ (no sentido de centralismo burocrático) (GRAMSCI, 2007, p.308).

Enquanto para Gramsci o centralismo democrático é caracterizado pela “unidade orgânica entre teoria e prática, entre estratos intelectuais e massa, entre governantes e governados”, na concepção burocrática “não existe unidade, mas pântano estagnante, superficialmente calmo e mudo [...], ou seja, justaposição mecânica de ‘unidades’ singulares sem relação entre si” (GRAMSCI apud FILIPPINI 2017, p.107)

O partido nesse caso é puro executor, não deliberativo: ele é então, tecnicamente, um órgão de polícia [...]. Esse organismo é o núcleo central e formalmente responsável da ‘polícia’, que é uma organização muito mais ampla, da qual direta ou indiretamente, com laços mais ou menos precisos e determinados, permanentes ou ocasionais etc., participa uma grande parte da população de um Estado (GRAMSCI, 2007, p. 307).

Nesse caso, o partido exerce uma mera função burocrática no aparelho de estado. A burocracia, para Gramsci, nesse sentido, “é a força consuetudinária mais perigosa; se ela se organiza como corpo em si, solitária e independente, o partido termina por anacronizar” (GRAMSCI apud FILIPPINI, 2007 p. 607). Gramsci observa a transferência do problema central da burocracia estatal para o que ele chama de “experimentadores históricos” (GRAMSCI, 1999, p. 93). Portanto, a questão burocrática se relaciona a “camada profissional capaz de manejar a complexa estrutura do Estado moderno, com ramificações na sociedade civil” (FILIPPINI, 2017, p.82).

As elaborações conceituais gramscianas a respeito do partido político e a distinção quanto a sua função e o tipo de centralismo identificável, permitem operacionalizar uma análise das características partidárias em diferentes contextos, inclusive na formação do MDB no



Maranhão, partindo de condições históricas específicas que devem ser consideradas e ponderadas, sem deixar de lado os elementos distintivos do “partido”.

O historiador, mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, acentuará sobretudo a eficiência real do partido, sua força determinante, positiva e negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de acontecimentos e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem (GRAMSCI, 2007, p.88).

No entanto, torna-se necessária uma análise que possa levar em conta a noção de partido em toda a extensão explícita na análise gramsciana, como “organizador das vontades coletivas”, mas também como instituição que “sintetiza os germes de vontade coletiva”, que é o partido político, que atua não só na sociedade civil, mas que se profissionaliza, “burocratiza”, e que pode “anacronizar-se”, pois é fruto de um “bloco histórico”<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> O conceito de “bloco histórico” é bastante relevante na análise gramsciana, como “renovação da concepção marxiana da relação entre estrutura-superestrutura”. “Bloco histórico”, para Gramsci, é a expressão que define a relação intrínseca entre estrutura e superestrutura: “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma, e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 2007 p.238).

## **CAPÍTULO 2 – A GÊNESE DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO NO MARANHÃO**

### **2.1 Contextos nacional e local de instauração do bipartidarismo**

A vitória de candidatos da oposição nas eleições de 1965, em estados considerados chave, entre eles, Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso, acaba pondo em cheque a hegemonia da Ditadura Empresarial-militar, produzindo um dos principais elementos de reconfiguração política do período: o bipartidarismo (1965-1979)<sup>21</sup>, institucionalizado por meio do Ato Institucional Nº 2 de 27 de outubro de 1965, e do Ato complementar Nº 4, de 20 de novembro de 1965.

O Ato Institucional Nº 2, baixado por Castelo Branco, 24 dias após as eleições estaduais, apresentava inicialmente um manifesto à nação, apontando aquelas que seriam as justificativas para a promulgação do ato, destacando-se a autenticidade da “revolução”, a fim de pronunciar-se como o real interesse do país, aludir-se como idônea a alterar elementos constitucionais, sem que com isso perca sua legitimidade.

Maria Alves destaca pelo menos três categorias pelo qual podem ser divididas as medidas adotadas pelo Ato Institucional Nº 2: “aquelas destinadas a controlar o Congresso Nacional, com o consequente fortalecimento do poder Executivo; as que visavam especialmente o Judiciário; e as que deveriam controlar a representação política” (ALVES, 194, p. 91). Entre essas medidas, as que mais nos interessa são aquelas relacionadas ao controle da representação política.

A autora destaca que foram fixadas consideráveis restrições à representação política, como: eleições indiretas para presidente e vice-presidente; atribuição de poderes ao executivo de cassação de mandatos eleitorais e suspensão de direitos políticos por dez anos, sem substituição de representantes que perdessem os seus mandatos; regulamentação das atividades dos cassados em qualquer um dos primeiros atos institucionais (“Estatuto dos cassados”), e, finalmente, extinção de todos os partidos políticos existentes, bem como o cancelamento de seus registros. “Novos partidos seriam constituídos segundo rígidas condições fixadas no estatuto dos partidos de 15 de junho de 1965 (Lei nº 4740), sendo regulamentados por novos atos institucionais” (ALVES, 1984, p. 93).

---

<sup>21</sup> Maria Helena Moreira Alves explica as relações entre Estado e Oposição durante o período Ditatorial como um processo dialético, onde “as estruturas do Estado foram sendo progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte por reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada” (ALVES, 1984, p. 28).

Um dos objetivos do Ato Institucional n. 2, foi exatamente eliminar o fantasma dos velhos partidos reformistas e progressistas estampados nas siglas PSD e principalmente PTB. Esse novo Ato Institucional extinguiu os partidos até então existentes. Na sequência, o Ato Complementar n. 4 estabeleceu um sistema partidário compulsório segundo o qual dificilmente se poderia dar vida a mais de dois partidos (SOARES et al, 2016 p.12).

O Ato complementar N° 4 tinha, como principal finalidade, estabelecer as condições nas quais seriam formadas as novas organizações partidárias, que deveriam contar com um “número não inferior a 120 deputados e 20 senadores”, as organizações deviam ter caráter temporário e não podiam receber o termo partido em sua designação e nem conter nenhuma alusão aos partidos extintos. Segundo Daniel Manffré “tal medida significava que haveria um número de partidos bastante limitado, formando um grande partido de apoio ao governo e outro de oposição que servisse apenas para construir uma fachada democrática” (MANFFRÉ, 2013, p, 6).

O bipartidarismo então se constitui como a medida mais eficaz, devido à negatividade de um partido único, e possibilidade de “ressurreição de antigos partidos sob diferentes siglas” expressando, sobretudo, a necessidade de uma reconfiguração partidária, representada por um partido de sustentação do governo (ARENA) que era composto majoritariamente de ex-membros da UDN e uma oposição (MDB) fundada principalmente por deputados do PTB<sup>22</sup> (KINZO, 1988, p.28).

A existência de uma oposição política fazia parte de um mecanismo presente na administração militar, que visava “manter os mecanismos democráticos liberais até então vigentes”, um meio termo, que pode ter como explicação, como aponta Maria D’Alva Kinzo, na necessidade de manter íntegra a imagem do país em âmbito internacional, abrindo a possibilidade de espaço para civis participantes do golpe, mantendo a coesão das forças militares e os “procedimentos legitimadores democráticos” (KINZO, 1988, p. 17-20).

Portanto não podemos caracterizar a política bipartidária como mero processo de institucionalização da ditadura sem levar em conta toda a complexidade do processo, sobretudo as “lutas pelo poder dentro do próprio Estado” em seu sentido restrito, o que evidencia o proposto por Maria Helena Moreira Alves quando destaca que “as estruturas do Estado foram sendo progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte, por reação as constantes e cambiantes pressões da oposição organizada” (ALVES, 1984, p.28)

---

<sup>22</sup> Consideradas as três maiores forças eleitorais do período, vemos que a ARENA recebeu 86 deputados da UDN, 78 do PSD e 38 do PTB, enquanto O MDB ficou com 75 deputados do PTB, 44 do PSD e 10 da UDN (MOTTA, 2008, p. 98).

O reconhecimento formal da ARENA e MDB se deu em 24 de março de 1966, pelo Tribunal Superior Eleitoral, com o caráter de “organizações provisórias”, como estabelecia o Ato complementar nº4, com o objetivo de concorrer às eleições legislativas daquele ano. O MDB surge, portanto, com o principal objetivo de “fortalecimento da democracia representativa e da Federação, sob a forma republicana de governo, [...] o respeito à pluralidade dos partidos” (ESTATUTO DO MDB, art. 3º, 1966). A organização surge com um caráter frentista, não havendo regularidade entre os grupos internos que o compunham, o que dificultava a disputa com ARENA e a competitividade nas eleições: a unificação de diversos grupos políticos sobre uma mesma legenda “conferia ao MDB uma unidade precária, construída sobre a concordância em torno da necessidade de reestabelecimento do regime democrático” (BIZARRO, 2013, p.26).

O tipo de oposição esperada pelos militares dentro desse cenário político, que é caracterizado pelo desrespeito das instituições públicas, é uma das indagações de Lamounier e Meneguello:

Uma oposição menos decorativa, mas excluída do sistema, prática e simbolicamente, por meio de um mecanismo mais complexo do que a simples barreira legal ou repressiva. É relevante neste contexto a hipótese de Levite e Tarrow (1983) acerca da deslegitimação de partidos oposicionistas (...). Para produzir efeitos substanciais, esse empreendimento de deslegitimar a oposição teria de granjear apoio mais efetivo junto ao eleitorado e à opinião pública, algo bastante difícil de acontecer dentro das coordenadas políticas e institucionais do regime militar brasileiro (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p.66-67).

Nesse sentido, não se trata apenas de um componente político sem representação direta, mas uma organização que é sobreposta por um todo um sistema de representatividade, seja na sociedade civil ou política. Inserida em meio a uma complexa disputa que se expressa de forma substancial nos diferentes espaços de poder.

Com as mudanças ocorridas no âmbito nacional e a com a instauração do Golpe Empresarial-militar de 1964, e seu projeto de “desenvolvimento e segurança”, concentrado na

implantação de uma nova política econômica<sup>23</sup>, com importantes interesses nacionais concentrados no Maranhão, passa-se a exigir uma mudança no cenário político do estado<sup>24</sup>.

Cabe destacar que o cenário político maranhense já passava por significativas mudanças, sobretudo com a bandeira do anti-vitorinismo, que se unia através das “oposições coligadas”, tendo como principal liderança, Neiva Moreira do PSP, como enfatiza Wagner Costa “uma oposição absolutamente heterogênea nesse momento, congregando setores tradicionais e moderados, até setores populistas e nacionais, e mesmo de esquerda” (COSTA, 2002, p.5).

Porém, com a instauração do Golpe Empresarial-militar, e a onda repressiva, o bloco oposicionista acaba sendo atingido, dando espaço para uma nova liderança, que atendia aos interesses políticos ditatoriais.

[...] uma forte onda repressiva que atingiu, no Maranhão, os setores nacionalistas e de esquerda, capitaneados por Neiva Moreira e Maria Aragão. Assim, José Sarney, com uma postura mais moderada, se consolidou como uma das principais lideranças da oposição, tornando-se o seu candidato a governador nas eleições de 1965, com a proposta de um “Maranhão Novo” (COSTA, 1997 p.5).

Nesse sentido, as eleições de 1965 são apresentados como marco na história política do estado, momento em que José Sarney Costa, candidato das “Oposições Coligadas”<sup>25</sup>, que unia as siglas UDN, PSP e PTN, consegue ter uma expressiva vitória<sup>26</sup> sobre o grupo político liderado por Vitorino Freire, que era o principal expoente da administração pública maranhense até então.

---

<sup>23</sup> Sobre os novos rumos da política é relevante observar o que foi defendido por DREIFUSS, René Armand. “1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe”, 3ª ed, Rio de Janeiro: Vozes, 1981. O autor conclui empiricamente que com o crescimento dos interesses multinacionais e associados, sobretudo a partir das políticas desenvolvimentistas, em conjunto com o aparecimento de um novo conjunto de agentes sócio-políticos, foram fundamentais “a formação de um aparelho civil e militar modernizante”, que foram protagonistas principais do Golpe de 1964.

<sup>24</sup> Sobre as medidas político-econômicas realizadas no Maranhão é relevante observar os apontamentos de Monica Piccolo: “Os Sarney: Comunicações, Negócios e Poder no Maranhão” (2017) no qual a autora destaca a política administrativa de José Sarney com a ampliação de estratégias políticas que beneficiaram uma fração da classe dirigente, bem como a relação de Sarney com os generais-presidentes.

<sup>25</sup> É relevante destacar que José Sarney torna-se candidato das Oposições Coligadas não por meio de uma ascensão direta dentro do movimento, mas sobretudo “pelo vazio de liderança deixado pela cassação de Neiva Moreira” (PACHECO FILHO, 2015, p.41), que era o candidato da coligação ao Governo do Estado.

<sup>26</sup> Os resultados das eleições para governador do Maranhão de 1965 tiveram os seguintes resultados: José Sarney eleito com 49% dos votos (121.062), Costa Rodrigues em segundo com 28% (68.560), e em terceiro Renato Archer com 14% dos votos (36.103), tendo ainda 9% de votos nulos e brancos (21.431) (COSTA, 1997, p.6).

José Sarney se torna uma das principais figuras da política Empresarial-militar no Maranhão, como destaca Caldeira “o sarneísmo, de modo direto, não é produto do udenismo local, [...] ele é diretamente produto da Revolução de 1964 (ou mais especificamente dos governos Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA” (CALDEIRA, 1978, p. 87). Para tanto, a construção de consenso em torno do projeto político de José Sarney, se deu principalmente no sentido da apreciação a respeito de uma administração, que tinha como característica a modernização nas políticas estatais<sup>27</sup>, um projeto que proporcionaria visibilidade e melhorias aos diferentes setores da sociedade.

Outro setor relevante da administração pública é a esfera do poder legislativo, que no estado já sofria significativa repressão, com cassações de mandatos e diminuição das atribuições políticas. Maria Alves (1984) ressalta que um dos principais programas do Estado de Segurança Nacional era o fortalecimento do poder executivo em detrimento dos demais poderes.

Benedito Buzar (1998) chama a atenção para a ação protagonizada pelos próprios deputados do estado, durante a “operação limpeza”<sup>28</sup> no poder legislativo estadual, que promoveu cassações de mandatos aos considerados subversivos. Nessas condições, o poder legislativo não se torna somente alvo da repressão, mas agente desta, antecipando-se às ações do governo federal, sofrendo duramente com fortalecimento do executivo e a falta de regularidade nos trabalhos nos anos subsequentes ao golpe.

Porém, o estado não fica alheio às ações promovidas em âmbito nacional com a implantação do bipartidarismo: a reorganização partidária constrói no Maranhão uma singular combinação, por força da vocação governista, dos grupos que compuseram a ARENA-MA,

Configurava-se um padrão de competição intra-oligárquica cujo principal palco a nível estadual foi a ARENA, incluindo a disputa entre as facções pelo controle dos diretórios (estadual e municipais) do partido e a vitória nas eleições legislativas e municipais (COSTA, 2002, p.10)

---

<sup>27</sup> A implantação dessas novas políticas viabiliza principalmente a “incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, ao seu projeto de modernização conservadora, com uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia” com a implantação de multinacionais. (COSTA, 2006, p.2)

<sup>28</sup> A operação limpeza foi o nome dado ao mecanismo utilizado pelos militares para implementação da “Estratégia da Doutrina de Segurança Nacional”, que tinha como alvo “áreas específicas e estrategicamente sensíveis de possível oposição: política, econômica, psicossocial e militar”. (ALVES, 1984, p.56). Porém, como se pode observar, no Maranhão, pelo menos dentro do poder legislativo, essa ação não teve como protagonismo os militares, mas os próprios deputados que cassaram os mandatos de Benedito Bogéa Buzar e Sálvio Dino de Castro Costa, seja por obra de conspiração ou por busca de crédito junto aos setores militares.

Portanto, como destaca Wagner Costa a ARENA “era simultaneamente um partido dilacerado pelos conflitos intestinos entre a ARENA 1 (José Sarney) e a ARENA 2 (Victorino Freire), sem falar de outros agrupamentos menores”. Aponta ainda que “esta polarização foi a mais importante do período, em lugar da polarização ARENA x MDB” (COSTA, 1997, p.10).

Embora a ARENA-MA não fosse homogênea, tinha uma característica fundamental que a identificava: a busca por postos dentro da estrutura estatal produzida pelo golpe Empresarial-militar. Outrossim, todo o processo de instalação da ARENA no Maranhão é perpassado pela sua relação com os agentes militares: “ninguém confunda a prudência, o desejo de dialogar, com a fraqueza do governo. Aqui existe uma unidade entre o pensamento do Poder Civil da Revolução e o das Forças Militares” (*O Imparcial*, 03/04/1966, p. 01), mas, sobretudo, de proximidade com o então governador, como destacado em nota oficial do partido:

A ARENA reafirma ao Governador José Sarney total apoio em sua ação de administrador inteiramente devotado a recuperação do Maranhão devolvendo a dignidade ao Poder a moralidade e eficiência ao Governo a paz e a tranquilidade ao Estado e a certeza aos maranhenses de que têm no Governador um representante à altura de suas tradições e de suas esperanças (*O Imparcial*, 12/06/1966, p.1).

Desse modo, fica evidenciada a criação de uma ampla frente de apoio a José Sarney, pelo menos na esfera discursiva, que uniria agentes políticos, civis e militares. Imerso nesse cenário político que surge o MDB-MA, caracterizado como “minoritário no Maranhão, não chegando em momento algum a ameaçar a hegemonia da ARENA” (COSTA, 1997 p.10). E com inúmeros desafios desde a sua fundação, que passavam por sua atuação no poder legislativo e pela dificuldade de representatividade no estado e na opinião pública, sendo minoria não só na Assembleia Estadual, mas nos inúmeros municípios do estado.

## **2.2 Os aparelhos privados de hegemonia o contexto de formação do MDB-MA**

É importante ressaltar que durante o período ditatorial que instaura o bipartidarismo como engrenagem política dualista, com a conseqüente formação de um partido governista e outro oposicionista, as relações das forças políticas com os demais setores da sociedade civil são mediadas por características próprias, balizadas pelo controle estatal e sua atitude intervencionista. Portanto, é inevitável destacar que a hegemonia obtida pela ARENA nacional ou mesmo local, no contexto pós bipartidarismo, não perpassa por complexas formas de criação de consenso com o esforço conjunto do Estado restrito e entidades privadas.

Nesse contexto, os jornais, sobretudo impressos, são alguns desses aparelhos privados de hegemonia que atuam como “organizadores das vontades coletivas”, como fica evidenciado nas concepções gramscianas, exercendo forte apelo na opinião pública, uma verdadeira “força política” (CAPELATO, 1988, p.13) que se torna fundamental no processo de formação de um partido que pretendia alcançar expressividade na sociedade.

Como destaca Luca e Martins, os jornais que tiveram circulação no Brasil há duzentos anos, são parte da formação do país. “Em outras palavras, a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto explicam, alimentam-se reciprocamente, interagindo-se num imenso painel” (LUCA; MARTINS, 2008, p. 8). Nessas condições, a imprensa escrita se apresenta como importante fonte para o estudo das construções de consenso, sendo mesmo uma importante arma política, e que se relaciona de forma complexa com a opinião pública.

Um exemplo desse grau de complexidade foi a criação de consenso em torno da ARENA, caracterizado como principal partido da base política do governo, com presença constante na mídia local, sendo apresentado como: “um novo partido do Governo e Partido da Revolução. E com ele um só comando, com o que estará assegurado o seu trinfo nos próximos pleitos” (*O Imparcial*, 01/04/1996, p.1). Nesse sentido, o partido era apresentado em relação direta com o governo central e local, dando-se ênfase na proximidade do então governador do estado, José Sarney, com as forças políticas arenistas, ou mesmo em seu empenho pessoal na instalação da ARENA maranhense.

O processo de instauração da oposição no Maranhão é marcado por um contexto político específico, onde a conformação de forças políticas é constituída a partir da formação de um bloco nitidamente hegemônico, em paralelo a uma oposição que não consegue exercer expressividade entre os agentes políticos e muito menos sobre a sociedade e/ou o eleitorado. E, sobretudo, não é possível negar a atuação dos aparelhos privados de hegemonia, entre eles os jornais, como “organizadores das vontades coletivas”, que acabam por justificar a atuação e o fortalecimento da ARENA, como “partido da Revolução” no estado.

A mídia local defendia, nesse contexto, a necessidade da formação de um partido que pudesse ser apresentado como base da nova política implementada por José Sarney, como destacado pelo jornal *O Imparcial* “A base política do meu governo vai ser organizada, unificada e executada como tarefa prioritária dentro dos próximos dias. A primeira tarefa será a instalação do governo e como partido da revolução” (*O Imparcial*, 10/04/1965, p. 1). E, logo, a ARENA-MA passa a ser caracterizada como partido formal das lideranças revolucionárias e personificação das reformas de José Sarney.



Os jornais buscavam destacar a ação do governador do estado e seus esforços para a formação e implementação do partido, sendo apresentado como autoridade suprema do partido pela mídia local.

Dois acontecimentos marcaram uma profunda e definitiva transformação na fisionomia política do Maranhão após o pleito de 3 de outubro: a consagradora vitória de Sarney, que lhe conferiu uma incontestável e indivisível liderança das forças políticas mais ponderáveis do Maranhão, e a extinção dos partidos, de que resultou a formação da ARENA, praticamente sem vinculação com as antigas facções, que já quase nada representam na consciência do povo maranhense. (*O Imparcial*, 03/04/1966, p. 01).

Pode-se observar que o uso midiático da vitória expressiva de José Sarney nas eleições de 1965 é um elemento fundamental para reconfiguração política estadual e para a formulação da ARENA-MA, que seria identificada como uma nova organização livre de qualquer mácula histórica que pudesse impedir sua atuação.

Esse empenho dos aparelhos privados de hegemonia em torno da ARENA, como partido não só dos interesses da “revolução”<sup>29</sup>, mas também da base do governo de José Sarney, possibilitava maior visibilidade aos candidatos ligados ao partido, elemento que também desperta o interesse dos atores políticos que poderiam ser identificados como “agentes da Revolução” e adquirir expressão na opinião pública e sobretudo no eleitorado, o que agrega um interesse muito maior em torno da ARENA.

Por outro lado, a oposição era identificada como “mediocre”, sem expressividade, incapaz de se estabelecer, caracterizada pela indefinição, pela balburdia e sem figuras políticas energeticamente capazes de dialogar com o governo: “Francamente a ‘oposição’ é precisa na democracia. Todavia, nos termos desses medíocres que ocupam as cadeiras no Legislativo Estadual é melhor nem existir” (*Jornal Pequeno*, 20/02/1966, p.1).

A ideia de uma “oposição responsável”, capaz de construir críticas ao nível construtivo (ALVES, 1984, p.94), se torna o principal discurso empregado pelos jornais maranhenses (*Jornal Pequeno e O imparcial*), para a formação de um bloco político que tivesse pretensões de se opor a base governamental estadual, sobretudo centralizado no poder executivo. Embora, como já mencionado, a ARENA-MA não fosse um partido homogêneo, nos discursos presentes nos jornais maranhenses ela aparece como uma organização única, sem contrastes internos e ligada diretamente ao governador José Sarney.

---

<sup>29</sup> Revolução nesse caso é o termo utilizado pelo governo ditatorial para autodenominação, no intuito de legitimar a atuação e institucionalização de aparelhos repressivos durante a Ditadura Empresarial-Militar.

De modo geral, é possível observar a visibilidade dada a ARENA nos jornais locais, aliada ao personalismo construído em torno do então governador José Sarney como representante da “Revolução” no estado e das próprias “inspirações populares”, devido a expressiva vitória adquirida nas eleições de 1965. Enquanto o MDB aparece apenas esporadicamente, em eventos específicos, como nas reuniões de formação do Diretório Nacional.

### 2.3 O MDB-MA e o discurso do “novo”

Em consonância com as novas características da Lei orgânica dos partidos políticos (Lei nº 4.740, de 15 de junho de 1965), em seu artigo 9º, ficava estabelecido: “A comissão provisória (formada entre os fundadores), designará em ata, para cada estado, onde o partido em formação pretenda angariar assinaturas, comissão idêntica que, por sua vez designará comissões para os municípios”, comissão que ficou a cargo principalmente de Cid Carvalho<sup>30</sup> e Renato Bayma Archer da Silva<sup>31</sup>, deputados federais que figuravam entre os fundadores do MDB nacional.

É relevante destacar que as trajetórias de Cid Carvalho e Renato Archer se aproximam em muitos aspectos, desde quando fizeram parte da chamada Ala Moça do PSD, grupo que se identificava com a candidatura de Juscelino Kubistchek nas eleições de 1955, e com a política desenvolvimentista pretendida por este. O grupo defendia ainda uma renovação de metodologias políticas do partido e introdução no seio das discussões partidárias de teses nacionalistas e modernizantes. Provenientes do mesmo estado, o Maranhão, os dois foram eleitos nos mesmos pleitos para a Câmara dos Deputados (1954, 1958 e 1962), podendo-se inferir uma proximidade política entre os personagens políticos, relação que se estreita ainda

---

<sup>30</sup> Cid Carvalho nasceu em Rio Branco, capital do então território — hoje estado — do Acre, no dia 6 de novembro de 1923, advogado, radicado no Maranhão, ingressa na política filiando-se ao Partido Social Democrático (PSD), onde foi eleito para deputado federal da bancada maranhense nos anos de 1954, 1958 e 1962. Interessado no aumento da bancada governista no congresso, onde seriam votadas as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart, Cid Carvalho desliga-se do PSD e filia-se ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido onde também foi eleito presidente do diretório maranhense. Com o Golpe de 1964, assumiu a vice-liderança do bloco parlamentar da minoria no congresso. E com extinção dos partidos e a instauração do bipartidarismo (1966), filia-se ao MDB, onde é eleito o primeiro presidente do diretório Maranhense (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete: Cid Carvalho).

<sup>31</sup> Renato Bayma Archer da Silva nasceu em São Luís, no dia 10 de junho de 1922, iniciou a vida política a pedido do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no que se tornou assessor de seu pai (Sebastião Archer), no governo do estado do Maranhão, acompanhou ainda os trabalhos da assembleia constituinte estadual em 1946. Em 1951 elegeu-se vice-governador do estado na chapa do PSD, encabeçada por Eugênio de Barros. Nas eleições de 1954 foi eleito deputado federal pelo Maranhão pelo mesmo partido e foi reeleito em 1958 e 1962. Em 1965, lança sua candidatura ao governo do Estado pelo PSD, porém não tem a sua candidatura registrada, decidindo se candidatar pelo PTB com o apoio de Cid Carvalho, todavia foi derrotado pelo candidato udenista: José Sarney Costa. Filiando ao MDB, com o advento do bipartidarismo (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete: Renato Bayma Archer).

mais com a candidatura de Renato Archer da Silva, em 1965, para o governo do estado pelo PTB, partido que tinha Cid Carvalho como presidente regional. Outro fator importante a se destacar é a relação ente PTB e PSD no Maranhão, já após a saída de Cid Carvalho desta agremiação partidária, como destacou José Caldeira (1976, p.93)

A chegada dos Deputados para a instalação do MDB-MA foi amplamente noticiada pela mídia local. Os jornais alardeavam a construção de uma “verdadeira oposição no Maranhão”:

Nos Círculos políticos apuramos que os elementos que constituem oposição ao governo do Estado iniciaram *démarches* visando arregimentar poderosa força política, no sentido de fazer uma oposição consciente e defensora de plano governamental objetivo. [...] Nos círculos políticos comenta-se que somente agora será instalada a verdadeira oposição neste Estado (*Jornal Pequeno*, 14,15/04/1966, p. 1).

Uma das propostas principais de “construção de consenso” em setores da sociedade civil maranhense foi a construção de uma oposição autêntica no Maranhão, capaz de lidar com os problemas enfrentados pelo estado e conseguir dialogar com o fenômeno eleitoral de José Sarney, inaugurando para isso, um “novo estilo de fazer oposição”, como aparece na reportagem de Cid Carvalho aos diários associados:

Entende o Sr. Cid Carvalho que o MDB deve inaugurar no Maranhão **novo estilo de fazer oposição**, lastreando-a em programa e teses realmente válidas. Admite o líder do MDB que o poder no Estado passou a ser exercido por forças políticas arejadas, de maior elasticidade e de mais amplo descortínio. Por isso o programa oposicionista não pode se basear em *questiúnculas* regionais. Tem de conter uma mensagem capaz de galvanizar a opinião pública, propondo-se a promover em nível alto a fiscalização do Governo Estadual com vistas aos interesses coletivos. Afirma[...] que está superada a luta entre grupos. (*O Imparcial*, 11/02/1966, p.1, grifo nosso)

Em um momento na história do Maranhão em que a “imagem do novo, do moderno é fartamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região” (COSTA, 1997, p. 3), o partido de oposição também se utiliza da ideologia modernizante para justificar a criação de uma organização política supostamente inédita no estado, como ressalta Cid Carvalho na reportagem. O complexo contexto político maranhense dificultava a ascensão de um partido de oposição, sobretudo, pela capacidade de arregimentação política de José Sarney, evidenciado

nas últimas eleições que este competira<sup>32</sup> e ao seu empenho na formação de um bloco hegemônico no Maranhão.

Na busca por se estabelecer ante a opinião pública, Cid Carvalho, falando em nome do partido que buscava se instalar no estado, utiliza um discurso bastante comum à população maranhense à época. Nessa perspectiva, a apresentação de uma organização que fosse capaz de se relacionar de forma direta e com força suficiente para fiscalizar as ações de um governo com características “modernas”, tornava necessária a ação de uma nova oposição, séria e eficaz, pelo menos discursivamente.

É evidente que o MDB no Maranhão não dispunha de um forte aparelho privado de hegemonia<sup>33</sup> para utilizar o conceito gramsciano, situado sobretudo no uso intenso dos meios de comunicação, aparato que consagrou o discurso de José Sarney, e seu projeto político: Sarney se apresenta como uma contraposição ao atraso do vitorinismo. Dentro dessa relação dialética entre o “antigo” e o “moderno”, como foi analisada por Wagner Costa (1997), são estabelecidos alguns paramentos que se impuseram no discurso político no Maranhão. E o MDB-MA, tratado por muitos como a continuidade do vitorinismo, sobretudo por suas lideranças locais fazerem parte daquela facção, foi identificado com a continuidade do atraso que aquele grupo representava, embora o próprio Vitorino Freire fosse compor a ARENA.

No intuito de se impor diante da opinião pública, portanto, fica evidente elaboração da ideia de um estilo de oposição que fosse mais compatível com as condições no estado. Obviamente que a ideia de uma nova oposição também tinha como resultado as condições políticas nacionais em que a criação do MDB se situava.

Outrossim, a derrota da ARENA-MA na mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado, em maio de 1966, justificada sobretudo pela presença ainda marcante de antigas personagens políticas no poder Legislativo do Estado, são destacadas pelo jornal *O Imparcial*:

Os parlamentares da ARENA vinham a dias mantendo contato com a oposição, no sentido de arranjar uma fórmula que, não apenas respeitasse o Regimento interno da Casa, como também significasse a consolidação dos princípios da Revolução na Assembleia. Entretanto com a chegada do Sr. Newton Bello a São Luís a situação se modificou completamente. O ex governador assumiu logo o comando das forças do MDB [...], O primeiro

---

<sup>32</sup> No artigo de Monica Piccolo, “O Sarneísmo rumo ao poder: Disputas eleitorais e o projeto ‘Maranhão Novo’”: a autora apresenta a quantidade de votos recebidos por José Sarney, nas eleições legislativas de 1954 (3.271), 1958 (17.189), 1962 (21.294), e na eleição para o executivo federal de 1965(121.062), ficando evidente a escalada do político ao poder maranhense, demonstrando assim um “embrionário processo de instauração do sarneísmo” (2015, p.84).

<sup>33</sup> Sobre o poderoso aparelho privado a disposição de José Sarney, ver artigo escrito por Monica Piccolo, “Os Sarney: comunicações, Negócios e Poder no Maranhão” (2017).

resultado das suas articulações foi quebrar os entendimentos com os deputados da ARENA, pois o que lhe interessava, no momento, era impor uma derrota a Revolução (*O Imparcial*, 03/05/1996, p. 6)

A identificação do MDB com o vitorinismo, e como partido orquestrado por Newton Belo, fica evidente na matéria do *O Imparcial*. Por um lado, fica perceptível a ação do aparelho privado de hegemonia no intuito de delinear uma imagem ao MDB que fosse ligada ao “anti-revolucionário”, um empecilho a ação do governador José Sarney; e por outro fica implícito a necessidade de uma base política consistente ao governador, e a necessidade de fortalecimento do ARENA no estado.

Como Maria Alves descreve “o estado queria um partido de ‘oposição responsável’, ao qual caberia oferecer ‘crítica construtiva’ ao governo” (ALVES, 1984, p. 94). Uma das características mais marcantes da formação dessa oposição, é que está balizada pela atuação autoritária do governo militar, e todo o aparato político estabelecido por este. No contexto histórico estadual não era diferente. Ante a um projeto governamental destinado ao estado, por um governo dito “revolucionário”, cabe à oposição uma atuação limitada e justificada por um discurso de responsabilidade e fiscalização governamental.

Todavia, a quantidade significativa de candidatos a deputados federais eleitos em 1962 pelas “Oposições Coligadas” e que postulam uma vaga pelo MDB-MA em 1966 (as “Oposições Coligadas” elegeram 02 deputados e 04 suplentes em 1962, desse número 03 foram candidatos pelo MDB-MA em 1966), nos permite questionar a unanimidade desse movimento no estado. Tal fato que pode estar pautado no relativo fortalecimento do PTB em âmbito federal a partir 1963, quando muitos deputados acabaram por aderir ao PTB para compor a bancada de João Goulart em defesa das Reformas de Base. Aliado a isto, podemos ressaltar a tradição governista dos deputados maranhenses.

Isto posto, é possível estabelecer algumas ponderações acerca da dinâmica partidária, destacando-se que esse fortalecimento do PTB no Maranhão não afeta simplesmente os quadros do PSD, que perde 6 de seus deputados, mas a representação maranhense na câmara dos deputados de modo geral. Nesse sentido, as próprias “Oposições Coligadas”, que contava com 04 partidos em sua coligação em 1962 (PTN, UDN, PDC e PR), passam a contar com 03 em 1965 (UDN, PTN e PSP).

Tais apontamentos nos permitem sopesar a complexidade das constituições partidárias do estado, onde não apenas o PSD perde representantes para o PTB, mas outras importantes agremiações partidárias, entre elas aquelas que compunham as “Oposições Coligadas”, grupo partidário que foi a principal base de propaganda política de José Sarney em 1965, como a

maior representante do “anti-vitorinismo” no estado, e de difamação do MDB-MA, principalmente em 1966, ano de formação do partido, e 1967, ano eleitoral. Portanto, é relevante questionar a unanimidade dessa coligação e a relação fluida da política estadual.

#### 2.4 A instalação do MDB no Maranhão e sua composição

A reunião para constituição dos órgãos regionais do MDB ocorreu no dia 18 de abril de 1966, apenas três dias após aquela que constituiu a ARENA no Maranhão (*O Imparcial*, 17/04/1996 e 19/04/1996, p. 1), na qual foram escolhidos os membros da comissão executiva regional, através de sufrágio secreto, sendo eleitos os seguintes nomes:

**Quadro 1: Lista de nomes e cargos da comissão executiva do MDB-MA, instituída a 18 de abril de 1966.**

<b>Nomes</b>	<b>Cargo na comissão executiva do MDB-MA</b>	<b>Partido originário</b>	<b>Cargo desempenhado na política</b>
Renato Archer da Silva	Presidente	PTB	Deputado federal
Cid Rojas de Carvalho	1º vice-presidente	PTB	Deputado federal
Pedro Braga Filho	2º vice-presidente	PTB	Deputado federal
Sebastião Archer da Silva	3º vice-presidente	PSD	Senador
José Burnett da Silva	Secretário geral	PSD	Deputado federal
José de Matos Carvalho	Tesoureiro	PSD	Deputado federal

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria.

É possível observar que todos os membros da comissão executiva do MDB-MA já atuavam na política parlamentar, questão que tem uma explicação no próprio processo de formação do partido, como um “partido de quadros”<sup>34</sup>. Como destaca Lameira e Peres), “A reforma partidária que constituiu o bipartidarismo determinou sua criação, essencialmente pela via parlamentar. Portanto formado no parlamento, independente de organização social precedente, por quadros parlamentares, de várias composições ideológicas” (LAMEIRA,; PERES, 2015, p. 2).

<sup>34</sup> De acordo com Maurice Duvenger, os “partidos de quadros” são aqueles que nascem da iniciativa de eleitos desejosos de controlar os comitês que canalizam a massa dos eleitores, “a finalidade essencial dessa construção é, portanto, assegurar a reeleição dos parlamentares [...] É tipicamente, mais forte por suas personalidades representativas que pela massa de seus filiados” (DUVEMBER, apud BERSTEIN, 2003, p. 65).

O caráter parlamentar na criação do MDB no Maranhão aponta para o centralismo burocrático como apresentado pela teoria gramsciana, sendo uma organização partidária sem “unidade”, mas uma mera “justaposição mecânica de unidades”, caracterizado sobretudo pela variada composição ideológica. Se para Gramsci, a burocracia, “é a força consuetudinária mais perigosa; se ela se organiza como corpo em si, solitária e independente, o partido termina por anacronizar” (GRAMSCI apud FILIPPINI, 2007 p. 607). O MDB-MA como um partido, com pouquíssima representatividade no Estado, evidencia esse caráter anacrônico em relação ao contexto político que se formava. Portanto, entre os elementos históricos da formação do partido, que podem determinar os elementos de sua atuação. É perceptível que as lideranças do partido foram identificadas com o “vitorinismo” e é possível verificar mesmo a presença expressiva de membros da facção vitorinista<sup>35</sup> na composição da comissão executiva regional do MDB-MA, o que contribui para a seu anacronismo, a partir das concepções gramscianas.

Porém, a criação do partido no Maranhão é resultado de uma atuação coercitiva da Ditadura Empresarial-militar, o que condiciona e de certo modo seleciona a composição partidária. É relevante destacar que o PTB e o PSD são os principais partidos que iram compor os quadros do MDB nacional, e são esses indivíduos que perdem espaço não só no cenário político federal, mas em boa parte dos estados. Embora existissem casos onde membros desses partidos tenham ido compor a ARENA, é necessário destacar que essa composição implica em uma relação de fidelidade partidária que estava explícito na “Lei orgânica dos partidos” (Lei nº 4.740, de 15 de junho de 1965).

Destarte, Madeira enfatiza que “a criação desses dois partidos (ARENA E MDB), não anula a história, as tradições, as rivalidades e os laços de lealdade que caracterizam a política brasileira” (MADEIRA, 2006, p. 52). Outrossim, José Caldeira destaca que durante a liderança de Renato Archer e Cid Carvalho, que seriam integrantes da corrente vitorinista, o MDB local “chegara a adotar certa coerência na sua condição de oposição ao governo do Estado e ao governo Central” (CALDEIRA, 1976, p.93). Em se tratando do MDB-MA, essa afirmação deve ser balizada pelo interesse de seus integrantes de permanecer no seio da sociedade política do Estado.

Por outro lado, essa coerência oposicionista não pode ser explicada somente como fruto de uma relação das lideranças do MDB com o vitorinismo, pois embora a criação dos partidos não tenha anulado as relações políticas instituídas antes do bipartidarismo, ela também produziu

---

<sup>35</sup> Devido à presença de candidatos dos extintos PSD na composição da comissão executiva regional, partido que compunha a base política do vitorinismo no Maranhão.

uma alteração na moldura institucional, estabelecendo limites a atuação partidária, adaptada as particularidades políticas em diferentes contextos.

Igualmente, a formação do MDB no Maranhão foi delineada, entre outras coisas, pelo apoio do regime militar à candidatura de José Sarney, que aliado à instauração do bipartidarismo, produz uma reacomodação de forças políticas, centrada principalmente no partido da base de José Sarney, produzindo a necessidade de uma atuação partidária da oposição que fosse pertinente e capaz de exercer expressividade na opinião pública.

Isto posto, podemos afirmar que a forma como as forças políticas são acomodadas no estado após a instauração do bipartidarismo segue uma característica nacional, de “confluência das mais variadas tendências que por razões de sobrevivência política eram obrigados a conviver em um mesmo partido” (KINZO, 1938, p.31).

Se formos observar a relação dos deputados do PSD ingressantes no MDB-MA em comparação àqueles que ingressam na ARENA-MA, podemos perceber esse padrão de convergência de tendências. Embora o PSD tenha tido uma presença expressiva na formação do MDB-MA, essa participação de deputados pessedistas se torna significativa até mesmo na composição da ARENA-MA, questão que, conforme explica José Caldeira (1978, p.75), se fundamenta na ampla hegemonia do PSD no Maranhão, e na atuação política de Victorino Freire.

**Tabela 1: A formação da ARENA-MA e do MDB-MA a partir da filiação dos representantes dos partidos extintos na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão<sup>36</sup>.**

<b>Partidos e coligações extintas</b>	<b>MDB-MA</b>	<b>ARENA-MA</b>	<b>TOTAL</b>
PSD	9	6	15
Oposições	1	4	5
Coligadas*			
PSP	0	5	5
PTB	2	1	3
PL	3	0	3

\* Formada pelos partidos: PDC, UDN, PTN e PR.

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral. Elaboração própria.

<sup>36</sup> Devido falta de informações sobre a trajetória política dos deputados estaduais do Maranhão, o quadro produzido a partir dos partidos declarados pelos candidatos nas eleições legislativas de 1962 e 1966, disponibilizados pelo Supremo Tribunal Eleitoral.



Pode-se destacar, portanto, que embora a ampla hegemonia do PSD, partido que compunha a base do vitorinismo, contando com 23 deputados<sup>37</sup>, eleitos para a Assembleia Legislativa do estado no pleito de 1962, este sofre uma cisão, segundo destaca Pacheco Filho, causada inicialmente pelos “constantes desmandos administrativos praticados pelo governador [...], o racha no segmento local do partido<sup>38</sup>, que levaram o PSD nacional a provocar seu isolamento, causando o aproveitamento político de seus opositores” (PACHECO FILHO, 2015, p. 54), fortalecendo o apelo eleitoral de José Sarney e as chamadas “oposições coligadas”.

Ainda segundo Costa “o golpe provocou o acirramento dos conflitos e divisões internas do PSD maranhense” (COSTA, 2006, p. 81), que mesmo em 1962 viu um grupo de seis deputados federais abandonarem o partido e entrarem para o PTB, condições que estabelecem uma divisão significativa do PSD na formação dos novos partidos, e mesmo a diminuição significativa de representantes dessa agremiação política na formação dos partidos (de 23 para 15 representantes).

Já as “Oposições Coligadas”, com presença significativa na formação da ARENA-MA com a bandeira do anti-vitorinismo, acaba aglomerando diversas forças políticas no estado, entre elas o PSP, que foi o segundo maior partido do estado nas eleições de 1954 e 1962, e passa a compor as “Oposições” nas eleições de 1958. É também em torno desse grupo político que José Sarney vence as eleições de 1965, e que é formada a principal base de atuação da política Empresarial-militar no Maranhão, o que justifica sua hegemonia na formação da ARENA-MA.

Outra questão a ressaltar-se é o número irrisório de deputados do PTB que ingressa no MDB-MA, partido que era a base do Movimento Democrático Brasileiro Nacional. Podemos citar como um dos motivos para essa especificidade a presença ainda tímida do PTB no Maranhão em 1962, contando com apenas 4 deputados eleitos, e sua posição política dentro do jogo partidário, de sujeição ao PSD local. José Caldeira, ao apontar os motivos que causaram a pouca relevância do PTB no Maranhão dentro do “sistema partidário do Estado”, destaca basicamente:

[...] a) a presença do PTN – Partido de pouca expressão, mas que compulsava o eleitorado trabalhador que se opunha ao vitorinismo, e integrara as “oposições coligadas”; b) incapacidade de absorver o eleitorado crescente, que se dividia entre o PSD e os demais partidos; e c) a sua posição de tutela do PSD que o impedia de definir-se ideologicamente diante do eleitorado

---

<sup>37</sup> Como destacado por Milson Coutinho (1988, p. 149)

<sup>38</sup> Racha proveniente da disputa interna entre o então governador do Estado (1961-1965), Newton Belo e Vitorino Freire, sobre quem seria indicado como candidato do PSD nas eleições de 1965.

trabalhador em virtude do pacto firmado com esse partido (CALDEIRA 1978, p. 84).

Questão que tem profundas alterações com a chegada de João Goulart à presidência em 1963, momento em que ocorre o fortalecimento das bases do PTB na Câmara dos Deputados, e certo esvaziamento do PSD local, com a transferência de deputados deste partido indo compor os quadros daquele.

Em situação semelhante se encontra o PL, que embora tivesse movido intensa oposição a João Goulart, participado dos preparativos para o Golpe empresarial-militar de 31 de março de 1964 e tendo todos os seus representantes na Câmara dos deputados (3 deputados federais) integrando a ARENA, no Maranhão, por conta de sua aproximação com o vitorinismo e com o PSD local, passa a compor exclusivamente o MDB-MA.

É possível perceber aqui a aplicabilidade do conceito do “teorema das proporções definidas” em Gramsci, a formação de um partido para o filósofo sardo exige a “composição de dirigentes de vários graus”, e que a “ausência qualitativa e quantitativa torna estéril o “automatismo”. O que se observa aqui é uma composição partidária que já sofria com diversos ataques aos seus quadros políticos, na busca de uma destruição efetiva do antigo vitorinismo, com acometimento não só do seu quadro parlamentar, quanto de sua relevância ideológica.

Todavia, não podemos observar a acomodação de forças políticas na formação da ARENA e MDB locais somente a partir de elementos partidários. É fundamental ressaltar como se estrutura a própria cultura política do estado, para compreensão dessa disposição. Conforme destaca Arleth Borges, a distinção dos partidos no Maranhão não é caracterizada de modo tradicional (direita/esquerda), mais sim em termos de oposição e governismo, se tornando uma tarefa extremamente difícil enquadrar os partidos nessas classificações, “devido a incrível frequência e velocidade com que se alinham numa ou outra posição” (BORGES, 2006, p. 13). Ainda como destaca José Caldeira:

Era bastante comum o deputado estadual se transferir de um partido para outro, no curso do próprio mandato; e essa transferência era mais comum entre os oposicionistas; que mudavam para o partido situacionista conforme as pressões e as ofertas manifestadas pelo executivo, dentro de pacto firmado entre este e o legislativo (CALDEIRA, 1978, p.79).

Portanto, a instauração do bipartidarismo no Maranhão deve ser percebida a partir dos próprios limites que esse processo estabeleceu, nos quais os atores políticos de modo dinâmico, e/ou seguindo interesses próprios, aderem a um ou a outro partido. Cabe destacar que a

“vocação governista” da sociedade política maranhense produzia um grande apelo a ARENA-MA, fica evidenciado na própria quantidade de candidatos ao Poder Legislativo nas eleições de 1966: 78 da ARENA, contra 49 do MDB (*O Imparcial*, 13/11/1966, p.6).

Quando observamos o processo de criação dos diretórios municipais<sup>39</sup> do MDB no Maranhão, podemos perceber o quanto a evolução do partido é marcada pela dificuldade de conseguir espaços na sociedade civil, tendo 54 dos 98 diretórios e comissões interventoras<sup>40</sup> criadas sendo extintas em poucos meses, contra nenhum da ARENA<sup>41</sup>. Entre os principais motivos apresentados para o cancelamento das seções municipais pela diretoria regional do MDB estavam a transição de membros das comissões para os quadros da ARENA, o que evidencia essa tendência situacionista:

O deputado Osvaldo Ferreira Campos filiou-se a representação do MDB na Assembleia Legislativa do Estado e, nessa qualidade, foi designado como coordenador para a criação da comissão diretora municipal de Icatú [...] passando, para surpresa da direção partidária a desenvolver atividades contrárias aos interesses da Organização, cumulando [...] na inclusão de seu nome como candidato à deputado estadual pela ARENA[...]. (TRE-MA, 1966)

Outras motivações apresentadas na documentação<sup>42</sup> seriam a “incompatibilidade ética e política” de lideranças municipais e o não cumprimento do Art. 12º, letra J do estatuto do MDB, que determinava a dissolução de Comissões Diretoras Municipais que violassem o programa ou o estatuto da Organização, ou **“por desrespeito às deliberações da Comissão Diretora Regional e/ou Nacional legalmente adotadas”** (Estatuto do MDB, 1966, p.6 grifo nosso).

É possível observar como os interesses particulares dos indivíduos inseridos na sociedade política maranhense são conduzidos pelo processo histórico, não como “joguetes da fatalidade”, mas como “artífices conscientes da história” (GRAMSCI, 1999, p.88). Os interesses pessoais, balizados pelas oportunidades oferecidas aos agentes políticos e suas relações políticas proporcionavam a adesão subjetiva aos partidos, evidenciando certa complexidade na composição das agremiações.

<sup>39</sup> Os diretórios municipais da ARENA e do MDB no Maranhão são criados após a instalação dos diretórios estaduais dos partidos e com a tutela destes, buscando ampliar a atuação daquelas agremiações aos municípios.

<sup>40</sup> As comissões interventoras estavam previstas no Ato Complementar Nº 9, e deveriam ser formadas nos “municípios que não houvesse Comissões Diretoras organizadas”. Estas deveriam conter de 3 a 7 membros e ser “constituídas pelo voto de dois terços dos membros dos Gabinetes Regionais das respectivas organizações partidárias”.

<sup>41</sup> Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

<sup>42</sup> A documentação referida são os processos de cancelamento de Diretórios Municipais do MDB, alocados no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Outro exemplo é o caso do então prefeito de São Luís, Eptácio Cafeteira, que teve sua filiação negada nos quadros da ARENA, sob o pretexto de corrupção e por ser considerado “antirrevolucionário” por firmar acordos de apoio de deputados do MDB no pleito de 1966 (*O Imparcial*, 14/08/1966, p.1), pretexto que pode ter tido outros fundamentos, no fato deste fazer um pronunciamento em TV local contra o então governador José Sarney (*O Imparcial*, 12/06/1966, p.1). Como destaca Wagner Costa (p.16), aquele seria um “inimigo histórico” deste, o que comprometeria a imagem daquele partido como força política de sustentação do governo.

Nessa mesma perspectiva, podemos destacar os diversos pedidos de desligamento junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão: 10 casos em menos de 3 meses, todas elas no interior do estado, demonstrando a dificuldade ainda maior de organização fora da capital São Luís. Como exemplo, temos o caso de Benedito Pires Martins, indicado para o cargo de Secretário Geral da comissão interventora em Barão de Grajaú, em que alegava que a filiação partidária ao MDB, ou a indicação de cargos junto a agremiação política havia ocorrido à sua revelia

Não pretender filiar-se a nenhum partido político nem tão pouco fazer parte de diretórios, nem tão pouco fazer parte de diretórios, já havendo renunciado, conforme é o conhecimento do V. Exa., ao cargo de representante eleitoral da referida agremiação política, esclarecendo finalmente, que tais indicações são feitas à sua revelia. (processo 28/66, TRE-MA, p.3)

Portanto, o MDB-MA teve grandes dificuldades para organizar-se no estado, sobretudo por conta da atuação do então governador, José Sarney, que se empenhou em produzir uma forte base política, contando com a tradição governista dos políticos maranhenses.

Essa questão é apresentada por Alves quando aponta que “a participação do MDB nas eleições de 1966 foi limitada não só pela incapacidade de se organizar em todos os Estados, como também pelo cancelamento em larga escala dos registros por ele apresentado” (ALVES, 2015, p. 124). No entanto, essa incapacidade não foi fruto somente das próprias idiossincrasias do partido, mas também do processo histórico dialético, como em sua impossibilidade de competir com aparato político formado pela ARENA como partido do governo e pela cultura política situacionista do estado.

No entanto, é necessário salientar que a ARENA não estava imune às dificuldades inerentes ao processo de constituição do bipartidarismo, mesmo que em menor grau que as enfrentadas pelo MDB, como fica evidenciado na denúncia feita medebista alegando que pelo menos 5 membros da comissão diretora da ARENA no município de Sambaíba não eram

eleitores (processo, 43/66, TRE-MA, 1966, p.3), situação que demonstra os obstáculos em organizar os diretórios regionais mesmo na ARENA-MA, partido que embora contando com o total apoio do Governo, se via limitado pelos condicionamentos políticos de cada município, reveladores dos enfrentamentos judiciais interpartidários.

Consequentemente, a formação dos partidos após a instauração do bipartidarismo no Maranhão é marcada pela corrida dos agentes políticos do estado para comporem os quadros da ARENA e MDB, e com isso conseguir se perpetuar no seio da sociedade política. Entretanto, esses agentes políticos podem ser facilmente reconduzidos a partir de elementos constituintes do próprio processo histórico, entre eles o jogo político partidário, e/ou por meio de interesses particulares.

## CAPÍTULO 3 – AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1966

### 3.1 Contexto histórico

Sabendo-se que a instauração do bipartidarismo no Brasil, é fruto de uma medida governamental que visava desarticular a oposição, “permitindo ao governo Castelo Branco aprofundar medidas destinadas a institucionalização definitiva do Estado” (ALVES, 1984, p.95), é possível destacar que não só a formação dos partidos mais a própria organização das eleições de 1966 foi regulamentada pelos atos complementares.

A arbitrariedade dos atos complementares tornou-se ainda mais evidente em meados de 1966, à medida que o governo passava à ofensiva para preparar as eleições. Somente em junho e julho, o executivo baixou 18 atos complementares, regulamentando as condições em que se realizaram as eleições, a filiação partidária dos candidatos, a perda de mandatos municipais[...]. Durante o período de vigência de Ato Institucional Nº 2, o presidente da República baixou 36 atos complementares (ALVES, 1984, p. 101).

Nesse sentido, as eleições legislativas de 1966 foram marcadas pela presença constante do governo, produzindo as condições necessárias para a formação de sua base de sustentação política que, aliada aos constantes expurgos no partido de oposição, limitou significativamente a representação política do MDB. As eleições ocorreram no dia 15 de novembro de 1966, como determinava o Ato Institucional nº 3., nos 22 estados e ainda nos territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

Destarte, as mudanças ocorridas na formação partidária e nas condições em que se circunscrevem as eleições legislativas de 1966, produziram-se um cenário político favorável à ARENA, que teve uma vitória expressiva no pleito. Na esfera nacional, “na Câmara, conquistou 277 cadeiras, contra 132 do MDB (ficando com 68%) e no Senado 47 cadeiras contra 19 do MBD (ficando com 71%). Somente na Guanabara o MDB superou a ARENA” (SKIDMORE, 1988, p. 144).

No Maranhão, além das alterações feitas pelo governo no processo eleitoral, a análise das condições em que se circunscrevem as eleições de 1966 não pode estar dissociada do próprio cenário político do estado e, sobretudo, as alterações ocorridas no colégio eleitoral, que em 1962 contava com 497.436 eleitores e após revisão, encomenda pelo governador Castelo Branco, em 1965, passa a ser constituído de 291.230 eleitores, “sendo suprimidos, portanto 206.206 ‘eleitores’, incluídos na categoria de ‘fantasmas’. Ou seja, no período 1962/1966, o

colégio eleitoral do Maranhão teve seu contingente reduzido a 58,55%” (CALDEIRA, 1978, p.43).

A revisão do colégio eleitoral maranhense compunha o apoio de Castelo Branco a candidatura de José Sarney<sup>43</sup>, visando o desbarate da facção vitorinista, que aliada a uma “‘intervenção branca’ na Justiça Eleitoral do Maranhão com a convocação de tropas do Exército para garantir as eleições e o apoio da máquina federal no Estado” (COSTA, 2002 p. 5), possibilitaram uma vitória expressiva do candidato udenista sobre os demais candidatos.

Se, por um lado, a presença do governo federal contribui para a eleição de José Sarney, por outro não se pode negar a sua articulação com as forças sociais do estado, a imprensa e o uso de um “discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, no qual a imagem do ‘novo’ e do ‘moderno’ é fartamente explorada” (COSTA, 2002, p.2), a fim de construir consenso em torno do projeto político por ele defendido.

Logo, a vitória de José Sarney no pleito de 1965 para governador, com o auxílio das forças militares, produziu um cenário favorável à implantação da ARENA-MA que, embora não fosse homogênea, era capaz de fortalecer a imagem do partido através do *Jonal Pequeno e do O imparcial*, com as constantes aparições e discursos, o que também ajudou no processo de articulação na capital e nos municípios. Além disso, não se pode menosprezar o uso da máquina pública na formação da base política sarneista, e diretamente na formação da ARENA-MA.

No período, consolidou-se a supremacia da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) maranhense. Sob certos aspectos, essa situação pode ser exemplificada por ser a ARENA integrada pelas lideranças políticas que detêm o comando e o controle do institucional do Poder legal dos executivos estadual e da quase totalidade dos municípios, por um lado; por outro, por ter contado aquele Partido, desde a constituição do sistema bipartidário com a maioria dos assentos nos legislativos federal, estadual e municipal. Apesar das dissensões políticas internas em torno das lideranças, que comandam as correntes dentro do partido governista, a ARENA maranhense, por ser um partido do Poder, conta com recursos visíveis e invisíveis capazes de influenciar o comportamento eleitoral das populações. (CALDEIRA, 1978, p. 39).

Nesse sentido, as eleições de 1966 para o poder legislativo são balizadas, em diferentes níveis, pela atuação do próprio poder público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, que como destaca José Caldeira, altera a própria fisionomia do eleitorado maranhense, a partir das

---

<sup>43</sup> “Apoio explicado pelo fato da UDN ter se constituído na principal base de apoio civil ao golpe militar. Dessa forma, algumas lideranças udenistas (entre elas José Sarney) obtiveram acesso ao governo federal e atuaram, em conjunto com a facção militar ‘sarbonista’ no sentido de ‘sanar’ segundo sua ótica elitista, o sistema político brasileiro” (COSTA, 2006, p.81)

“transformações da realidade material da sociedade, tendo como principal interesse influenciar o comportamento político e consequentemente eleitoral das populações, a favor dos administradores” (CALDEIRA, 1978, p. 37), sobretudo em sociedades de economias predominantemente primária e pouco urbanizada, onde a população de baixo nível de renda constitui a parte mais significativa do eleitorado.

### 3.2 Os Candidatos do MDB-MA

A reunião de escolha de candidatos do MDB-MA que concorriam nas eleições de 1966 no Maranhão ocorreu no dia 12 de setembro de 1966, com a presença de lideranças nacionais do partido<sup>44</sup>. De acordo com a ata da reunião, a escolha dos candidatos ocorrera por voto secreto, sendo constado um total de 11 candidatos à Câmara dos Deputados e 39 candidatos a Assembleia Legislativa do estado, ficando adiada a votação para candidato ao Senado Federal.

Como já mencionado em capítulo anterior, diversas questões foram marcantes na formação do MDB, como, por exemplo, a atuação do então governador José Sarney, dos aparelhos privados de hegemonia que produziam intenso consenso em relação à ARENA-MA, e as condições políticas produzidas pela Ditadura Empresarial-militar. Elementos que visavam à produção de uma oposição sem muita expressão, tanto em âmbito federal quanto nos estados, o que interfere não só na formação do partido, mas também na escolha dos candidatos.

#### Quadro 2: Candidatos a Deputados Federais, suas respectivas formações profissionais e declaração de bens.

Candidatos	Profissão declarada	Outras atividades a partir da Declaração de bens	Declaração de bens
Antônio Euzébio da Costa Rodrigues	Médico, funcionário público federal	Produtor rural	Total: Cr\$ 68.050.000,00
Cid Rojas Américo de Carvalho	Advogado	Produtor rural	Total: Cr\$ 102.808.000,00
Cesário Guilherme Coimbra	Médico	Produtor rural e Empresário	Posse de terras: 1200 ha Rebanho de Gado: 220 cabeças Ações em empresas: 200 ações no Banco do Estado do Maranhão.

<sup>44</sup> Estavam presentes na reunião os deputados Federais Vieira de Melo e Martins Rodrigues, importantes lideranças do MDB nacional. Além disso, o jornal *O Imparcial* (11/09/1996, p.1), destacava a presença de Doutel de Andrade, Bejjamin Farah e Martins Rodrigues e do marechal Amaury Kruehl, que era considerado o candidato do MDB à presidência. Porém, a presença desses últimos não foi registrada.



			Outros: Cr\$ 803.000,00
Domingos Freitas Diniz Neto	Engenheiro	Empresário	Total: Cr\$ 54.863.000,00
Ivaldo Perdigão Freire	Médico	Empresário	Total: Cr\$ 60.400.000,00
José Ramalho Burnett da Silva	Advogado	**	Total: Cr\$ 42.279.510,00
Lino Machado Filho	Advogado	Empresário	Posse de Terras: 68 ha Ações em empresas: 110 ações na Empresa o Combate; 400 ações na Industria de Baterias S.A; - IMBASA
Pedro Braga Filho	Médico	Produtor rural e empresário	Total: Cr\$ 23.462.900,00
Renato Bayma Archer da Silva	Funcionário público	Empresário	Total: Cr\$ 92.833.785,00 + £ 350,00 + US\$ 300,00
Aldenir José da Silva		Empresário	Total: Cr\$ 77.295.770,00
Hildenê de Gusmão Castelo Branco		**	Total: Cr\$ 21.352.700,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria

Alguns dos candidatos à Câmara dos deputados já atuavam na política nacional, como Cid Carvalho, Renato Archer, José Burnett, Cesário Coimbra e Pedro Braga; outros atuavam no legislativo estadual, como era o caso de Ivaldo Perdigão e Aldenir da Silva; há ainda o caso de Lino Machado que não teve votos suficientes para ser eleito à Câmara dos Deputados, pelas “Oposições Coligadas” no pleito de 1962. É relevante destacar ainda o caso de Costa Rodrigues, que concorreu contra José Sarney nas eleições para o governo do Estado, ficando em segundo lugar com 68.560 votos.

Um primeiro olhar acerca das ocupações profissionais dos candidatos a deputado federal, nos permite afirmar que, em sua maioria, são advogados e médicos, com 63,6% das profissões declaradas. O conjunto de profissões declaradas pelos candidatos é considerado elitizado, sobretudo em um estado onde boa parte da população não tem acesso ao ensino superior. A pouca diversidade de profissões declaradas aponta ainda para as dificuldades de acesso do conjunto populacional aos espaços de poder, sobretudo na esfera federal.

Por outro lado, é importante destacar que a maioria dos candidatos, não tinham nas profissões declaradas sua única fonte de renda, a partir da análise da declaração de bens é possível observar diferentes atividades econômicas em que os deputados obtinham uma renda complementar, sobretudo na prática de produção rural e nos investimentos em ações empresariais.

Abaixo é apresentada a porcentagem comum a cada uma das atividades econômicas complementares em que os candidatos se enquadram:

**Tabela 2: porcentagem das demais atividades identificadas nas declarações de bens**

<b>Tipo de alteração parcial</b>	<b>Nº</b>	<b>(%)</b>
Produtor rural	2	18,1
Empresário	5	45,4
Produtor rural e empresário	2	18,1
Total	9	81,6*

**\* A soma das porcentagens é inferior a 100% pois a quantidade de atividades identificada nas declarações não se aplica para a totalidade dos candidatos.**

Fonte: Declarações de Bens do TRE-MA. Elaboração própria

É possível identificar uma concentração nas atividades empresariais, com maior destaque para o conjunto de acionistas, em diferentes ramos, muitos deles com ações em empresas variadas, como é o caso de Renato Archer, que declara possuir pelo menos Cr\$ 2.606.400,00 em ações em diferentes entidades, além dele pelo menos outros 7 candidatos declararem ter algum tipo de investimento.

Outra atividade que pode ser percebida nas declarações dos candidatos a deputado federal, é a prática de produção rural, ligada exclusivamente à criação de gado. Costa Rodrigues, por exemplo, afirma ter pelo menos 1.256 cabeças de gado, avaliadas em mais ou menos Cr\$ 20.000.000,00. Em alguns casos, é possível observar que esse tipo de bem tem origem em heranças, como é o caso de Cesário Guilherme Coimbra.

Uma forma de mensurar o volume dos bens declarados pelos deputados é a partir do salário mínimo, que girava em torno de Cr\$ 51.000,00, naquele ano, o que revela uma quantidade razoável dos bens declarados, levando em consideração as atividades profissionais e econômicas presentes nas declarações e, sobretudo, o período em que alguns desses deputados exercem cargos públicos.

De modo geral, há pouca variação no conjunto de atividades que podem ser observadas a partir das declarações de bens dos candidatos a deputado federal, com concentração em duas principais, o que evidencia certo padrão na atuação econômica da classe política principalmente dos deputados federais. É relevante ressaltar que boa parte dos candidatos já havia atuado ou atuavam no legislativo federal.

A partir disso, podemos inferir que os deputados não tinham a prática política como única profissional, mas que são provenientes de um meio social bastante semelhante, e que concentrava boa parte dos candidatos, sobretudo a partir das práticas empresarial e pecuária. Embora seja aceitável que os candidatos possam ter ocultado um ou outro bem, em linhas gerais é possível perceber o caráter dominante de classe em que se inserem boa parte dos candidatos.

Já a escolha dos candidatos à assembleia legislativa, por sua vez, é marcada pelo caráter inédito de muitos dos nomes que concorriam à Assembleia Legislativa do estado, pela diversidade social e ocupacional dos escolhidos, e por ser o único a ter presença feminina concorrendo ao pleito de 15 de novembro de 1966 (verificar ANEXO 1).

O caráter inédito de muitos nomes na política local se relaciona, sobretudo, ao momento histórico de formação do partido, criado em abril de 1966, ver-se obrigado a formar um grupo de candidatos apenas 5 meses depois (setembro de 1966). Nesse sentido, boa parte dos candidatos, sobretudo à Assembleia Legislativa, foi formada por nomes que não eram comuns à política estadual. Dos 38 candidatos, apenas 13 já haviam atuado na Assembleia Legislativa, ao contrário dos candidatos à Câmara dos Deputados, onde boa parte já atuava na política federal.

Esse ineditismo dos nomes evidencia a dificuldade encontrada pelo partido para formar candidatos a partir dos nomes que já atuavam no estado, devido as condições atípicas de formação e constituição do partido no Maranhão, e que já foram apontados em momento anterior desse trabalho. Logo, a seleção de candidatos a Assembleia Legislativa, foi caracterizada pela escolha de nomes que atuavam em diferentes setores da sociedade, e com atividades bastante variadas, como se pode observar na tabela a seguir.

**Tabela 3: Lista das profissões dos candidatos a Assembleia Legislativa**

<b>Profissões</b>	<b>Quantidade de candidatos</b>	<b>%</b>
Funcionários públicos	12	31,5
Advogados	8	21,0
Comerciantes	6	15,7
Contadores	2	5,2
Jornalistas	2	5,2
Médicos	1	2,6
Motoristas	1	2,6
Industriário	1	2,6
Produtor Rural	1	2,6
Bancário	1	2,6
Doméstica	1	2,6
Aposentado	1	2,6
Político	1	2,6
Total	38	99,4*

**\* A soma das porcentagens é inferior a 100% pois foi considerado apenas a primeira casa decimal.**

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria

De modo geral, as profissões declaradas pelos candidatos evidenciam que boa parte dos candidatos do MDB-MA é proveniente de setores médios, com concentração em funcionários públicos e advogados, que lideravam os profissionais que se candidataram à Assembleia Legislativa. É possível verificar uma quantidade significativa ainda de comerciantes, que declaravam ter até Cr\$ 160.300.000,00, como é o caso de José Lira Brito. O conjunto de profissões, apesar de bem diversificado, não apresenta uma disparidade social, nem as declarações de bens, que se relacionam de modo bastante próximo com as profissões declaradas. Apenas um deles declara a atuação como Deputado Estadual como profissão.

É possível observar certa hierarquização entre os membros do partido, sobretudo entre as diferentes categorias em que os candidatos concorriam, com uma concentração de candidatos para os cargos federais de uma maioria de políticos que já gozavam de uma carreira política consolidada, e com um aporte econômico identificado nas declarações de bens com caráter mais significativo e que já atuavam nos quadros da política federal. No que se refere ao poder legislativo estadual, se pode observar uma diversidade muito maior no elemento profissional e no aporte econômico das declarações de bens.

Gramsci destaca a importância de pelo menos três elementos na formação de um partido: “o elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças, que abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais” (GRAMSCI, 2007, p.316), que pode ser observada aqui pela atuação dos fundadores do partido, entre eles Cid Carvalho e Renato Archer, que também são relevantes na instalação do MDB no Maranhão e ajudam a manter a coesão do partido nesse primeiro momento.

Outro “elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só físico, mas moral e intelectual” (GRAMSCI, 2007, p.317). Que pode ser percebido a partir da gama de filiados, que visavam principalmente a candidatura para a Assembleia Legislativa do Estado, e que tinha base principalmente no antigo PSD maranhense.

E, por fim, “um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo” (GRAMSCI, 2007, p.317), que não é observável na formação do MDB-MA, seja pelo seu caráter parlamentar, ou pela dificuldade de diálogo com amplos setores da massa.

### 3.3 A propaganda política e a atuação dos aparelhos privados de hegemonia

A propaganda eleitoral teve início logo após os registros dos candidatos no Tribunal Regional Eleitoral. O jornal *O Imparcial* produziu uma reportagem apontando como deveria ser realizada a propaganda política no estado, seguindo a legislação nacional.

Destaca-se que todas as propagandas eleitorais deveriam ser realizadas sob a responsabilidade dos partidos, a fim de evitar o abuso de poder econômico, sendo por eles paga, como disposto no artigo 241 do código eleitoral, o que pode ser evidenciado através do plano de despesas dos partidos entregue ao Tribunal regional eleitoral.

**Tabela 4: Despesas dos partidos com campanha política**

<b>Partidos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Valor máximo a ser gasto por categoria</b>
<b>ARENA</b>	Senador	Cr\$ 100.000.000,00
	Deputados Federais	Cr\$ 200.000.000,00
	Deputados Estaduais	Cr\$ 350.000.000,00
	Vereadores à Câmara Municipal de São Luís	Cr\$ 15.000.000,00
<b>MDB</b>	Senador	Cr\$ 10.000.000,00
	Deputados Federais	Cr\$ 5.000.000,00
	Deputados Estaduais	Cr\$ 2.000.000,00
	Vereadores à Câmara Municipal de São Luís	Cr\$ 1.000.000,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria.

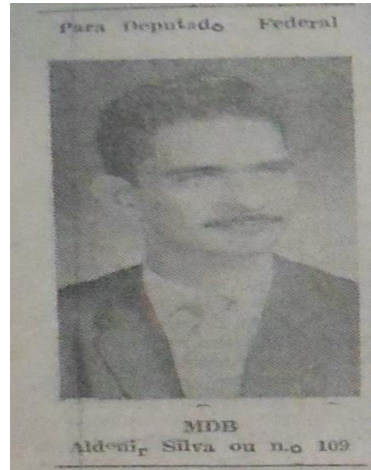
A partir do comparativo das despesas máximas a serem realizadas pelos partidos, é possível observar claramente a disparidade de valores entre as agremiações políticas. No caso do senador, por exemplo, o valor máximo a ser gasto pela ARENA é 1000% a mais do que foi declarado pelo MDB. Por outro lado, enquanto os valores a serem gastos com as três primeiras categorias são crescentes na ARENA, no MDB esse valor é decrescente.

Pode-se depreender que as condições econômicas em que os partidos fazem suas campanhas apresentam significativo abuso de poder, mesmo que passando por todos os trânsitos legais, mas a diferença de valores evidencia as condições desiguais em que se circunscrevem a campanha, com o destaque da ARENA em relação ao MDB.

Outro elemento a ser destacado é o caráter das propagandas políticas, que deveriam seguir determinados parâmetros de censura, sendo que “não deverá empregar meios publicitários destinados a criar artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais” (Art. 242, LEI N° 4.737, 15/07/1965). Essa questão está presente no padrão em

que as propagandas apareciam nos jornais impressos, sempre de modo didático e com poucas informações.

**Figura 1: Propaganda política de Aldenir Silva, candidato a Dep. Federal**



Fonte: *Jornal Pequeno*, 13/11/1966, p.6

As propagandas geralmente eram compostas por uma fotografia do candidato, embora em alguns casos se dispensasse, o cargo para o qual o candidato estava concorrendo, o nome, o partido e o número, como se observa figura 1. As propagandas através dos jornais impressos seguiam esse padrão, sem menção a programas de governo, ou propostas políticas. Eram construídas de modo pedagógico para atingir o leitor da forma mais simples possível e evitando qualquer tipo de opinião, acompanhado de uma frase curta, como na propaganda do candidato da ARENA, Raimundo Lima: “Para o povo evangélico, um deputado crente”; ou da candidata do MDB, Izilda Mota: “uma voz em prol da mulher maranhense, na defesa da família do humilde homem de trabalho das cidades e dos campos” (*Jornal Pequeno*, 11 e 13/11/1966). As frases estavam geralmente relacionadas a uma questão moral, a que o candidato buscava ressaltar, ou a um elemento pessoal, que se buscava destacar.

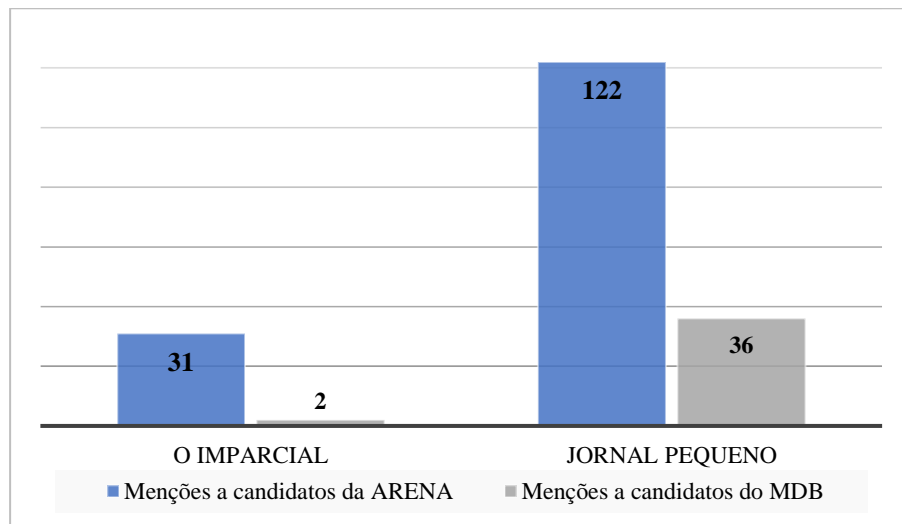
Obviamente que as condições históricas em que se circunscrevem as eleições são fundamentais para o caráter em que a propaganda aparece, sobretudo em contexto de Ditadura militar, e com sua atuação repressiva, que impõe as condições em que a propaganda política acontece.

Como já mencionado em momento anterior desse trabalho, a imprensa local atua claramente na construção de consenso em torno da criação da ARENA do Maranhão, em detrimento do MDB. Todavia, a elaboração de uma imagem hegemônica em torno da ARENA-

MA, não se resume ao momento de formação das siglas partidárias, mas aparece ainda mais enfaticamente na propaganda para as eleições de 15 de novembro de 1966.

De modo geral, é possível observar que os candidatos da ARENA têm significativo espaço no jornal *O Imparcial*, sendo que aparecem diariamente os nomes de todos os candidatos da ARENA, desde a escolha dos candidatos até às vésperas das eleições, questão que se fundamenta no considerável poder econômico disponibilizado pela ARENA na sua campanha. Além disso, é possível verificar a predominância dos candidatos da ARENA em relação aos do MDB, na quantidade de vezes em que as propagandas aparecem nos jornais.

**Gráfico 1: quantidade de menções a candidatos dos partidos nos principais jornais locais**



Fonte: *Jornal O Imparcial e Jornal Pequeno* entre os dias 18/10 e 15/11/1966. Elaboração própria

É possível observar a atuação direta dos jornais na construção de consenso a favor da ARENA, com presença marcante nos jornais locais. Embora o jornal *O Imparcial* não tenha contado com um número tão grande de citações, se comparado ao *Jornal Pequeno*, aquele produziu relevantes textos que tratavam especificamente da relevância da ARENA-MA para a implantação das medidas necessárias ao Maranhão, constituindo uma bancada importante para o governador José Sarney.

Em editorial publicado no dia das eleições, sob o título: “A grande decisão”, o jornal *O Imparcial* destaca a trajetória do governo estadual desde as eleições de 1965, com a vitória de José Sarney, e a importância da continuidade das ações políticas do governo e da formação de uma base de apoio que pudesse sustentar o governo.

As eleições de 1965, quando o povo arrebentou os grilhões que lhe eram impostos pela prepotência como forma de governo e pelo governo como instrumento de fraudes constituiu apenas o primeiro passo no processo de recuperação do Estado.

Os homens que conduziram o Estado aos novos caminhos estão abrigados na sigla partidária da ARENA. É por isso que o povo no comprimento do trabalho iniciado em 1965 com a eleição de Sarney vai agora eleger os representantes. (*O imparcial*, 15/11/1966, p. 1).

Nesse sentido, é possível verificar a atuação direta do aparelho privado de hegemonia na construção de consenso em torno da ARENA, destacando a continuidade política das eleições de 1965, elemento que é constantemente retomado pela imprensa local como momento de libertação do Maranhão. Esse processo, todavia, não se esgotava com a eleição de José Sarney, mas teria continuidade na construção de uma base governamental que pudesse mudar as estruturas políticas do estado, e fazer as mudanças necessárias, base que só poderia ser construída com a predominância da ARENA nas eleições de 1996. O próprio governador lança uma mensagem em favor dos candidatos da ARENA:

Cumpri o meu dever de político, sem macular os deveres de minha investidura. Assim congratulo-me com todos os maranhenses pelo clima desta pugna eleitoral e aos meus amigos em particular, tenho uma mensagem em favor dos candidatos da ARENA. Eles ajudarão a consolidar a obra de governo que estamos realizando (Jornal Pequeno e O Imparcial, 13/11/1966, p. 1).

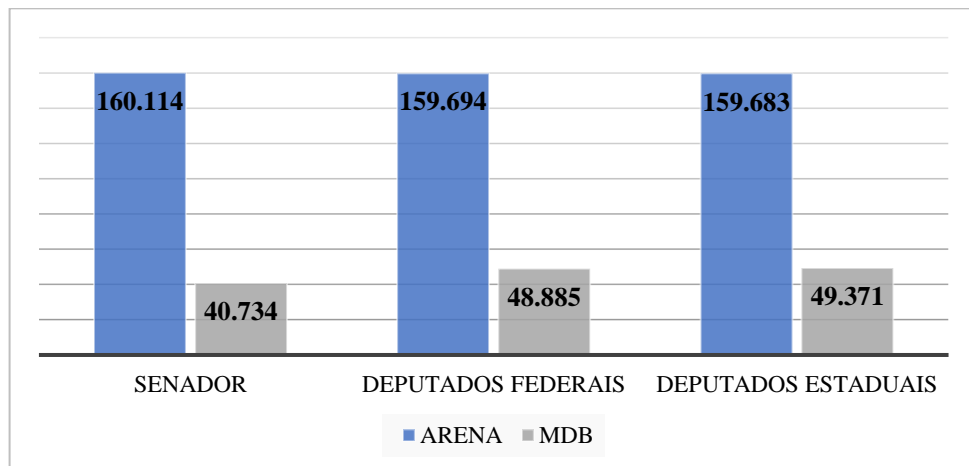
Logo a propaganda política, que embasou as eleições de 1966, foi marcada pela presença constante de favorecimento político da imprensa maranhense aos candidatos da ARENA, que foram construídos ideologicamente como os responsáveis pela continuação das mudanças que o Maranhão precisava, tidos como aqueles que poderiam realmente permitir o trabalho do governador José Sarney, sem embaraços políticos.

### **3.4 O resultado das eleições**

O Maranhão contava com um eleitorado de 292.443 eleitores, 9,04% da população do estado, o menor público eleitoral do país em relação ao total da população. Desse total, apenas 233.060 votaram em 1966. O resultado das eleições aos diferentes cargos não foi nenhuma novidade, com uma vitória substancial da ARENA, como resultado da atuação dos diferentes elementos que foram apresentados.



**Gráfico 2: Número de votos obtidos por partido nas diferentes categorias concorridas no Maranhão nas eleições de 1966.**



Fonte: Superior Tribunal Eleitoral. Elaboração própria

A quantidade de votos recebidos pela ARENA, em relação ao MDB, aponta para a hegemonia daquele partido, que conquistou votos nos diferentes seguimentos para o qual concorria. É possível verificar ainda uma aproximação relevante no público votante nos diferentes cargos, o que atesta que boa parte dos eleitores votou na ARENA nos diferentes cargos, seguindo a regra expressa no artigo 146, IX, b, que determinava que o eleitor somente poderia votar em candidatos do mesmo partido para os cargos de deputado federal e estadual, sob pena de terem seus votos cancelados. (CÓDIGO ELEITORAL, 1965).

A parcela de candidatos eleitos pela ARENA em relação ao MDB, nos diferentes cargos, foi de 13 deputados federais, contra 3 do MDB e 31 deputados estaduais, contra 9 do MDB, além do senador maranhense, que foi eleito pela ARENA. Os dados da quantidade de candidatos eleitos se relacionam à quantidade de votos recebidos nos diferentes cargos, e representam claramente o que já foi afirmado: a hegemonia da ARENA nos diferentes cargos em que concorreu. Além disso, estão ligados aos interesses políticos da Ditadura Empresarial-militar de formar um partido de “oposição menos decorativa, mas excluída do sistema, prática e simbolicamente, por meio de um mecanismo mais complexo do que a simples barreira legal ou repressiva” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 66-67). No Maranhão, as condições de instalação e o desenrolar eleitoral permitem evidenciar essa exclusão sistemática, que fica mais evidente no resultado das eleições e na representação do partido nas diferentes esferas do poder.

O gráfico transparece a relevância da questão partidária nas eleições de 1966, evidenciando como os elementos destacados no trabalho influenciam na hegemonia do ARENA

na referida eleição, sobretudo, com a atuação do governador José Sarney, que gozava de relevante prestígio no estado, em conjunto com os aparelhos privados de hegemonia, do ideal de “revolução” difundido pela ditadura Empresarial-militar e apropriado pelo discurso arenista.

Já a quantidade votos brancos e nulos foi de 32.182, para o Senado (13,8% do número de votantes); 24.481, para a Câmara dos deputados (10,5% do número de votantes); e 24.006, para a Assembleia Legislativa do estado (10,3 % do número de votantes), que representa uma média de 11,5% dos votos, comparados com 7,5% nas eleições de 1962 e 8,6% nas eleições de 1965. Número muito aquém da média nacional que foi de 21%, ao qual para Skidmore estaria explicada pela “natureza confusa do processo de votação e a eficiência dos ativistas anti-governo que recomendavam os votos em branco como sinal de protesto” (SKIDMORE, 1988, p.114). Essa particularidade do caso maranhense, nos permite inferir que no estado, o ativismo anti-governista não foi tão efêmero, até mesmo pela natureza eleitoral, como pode ser observado nas eleições anteriores; e a atuação sistemática dos aparelhos privados de hegemonia.

Por outro lado, a porcentagem das abstenções nas eleições de 1966 no Maranhão foi de 20,3%, significando um aumento substancial em relação as eleições de 1965, que foram de 8,7%, porém bem inferior as eleições de 1962, que teve um total de 35,7% de abstenções. Essa oscilação no número de abstenções é resultado sobretudo da operação do governo federal no colégio eleitoral maranhense, com supressão de 41.45% do eleitorado; e a possibilidades de votos cancelados pela lei do voto vinculado em 1966 (CÓDIGO ELEITORAL, 1965).

É indispensável destacar, portanto, quais foram os candidatos do MDB que conquistaram cadeiras na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa:

**Quadro 3: Relação nominal dos candidatos do MDB-MA eleitos para a Câmara dos Deputados e seus respectivos votos**

<b>Eleitos para a Câmara dos Deputados</b>	<b>Votos recebidos</b>
Renato Bayma Archer da Silva	11.782
Domingos de Freitas Diniz Neto	6.812
Cid Rojas Américo de Carvalho	6.422

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral

A eleição dos candidatos do MDB-MA para a Câmara dos Deputados não trouxe grandes novidades, pois figuravam entre os eleitos as duas principais lideranças do MDB no estado: Cid Carvalho e Renato Archer, que já eram bastante conhecidos no eleitorado maranhense e já atuavam na Câmara dos Deputados. Os votos recebidos pelos candidatos do

MDB foram significativamente inferiores aos recebidos pela ARENA: Renato Archer, o candidato mais votado do MDB, recebeu a quantidade aproximada de votos do 6º colocado da ARENA (Eurico Bartolomeu Ribeiro – 11.889 votos).

Já Domingos de Freitas Diniz Neto, pode ser considerado uma novidade entre os nomes eleitos. Domingos Neto, que não era proveniente de nenhum partido, ingressara no MDB depois de participar da criação das Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR), da qual foi diretor entre 1957 e 1961. Foi nomeado Secretário de Viação e Obras públicas e Diretor do departamento de Estradas de Rodagem (DER), durante o governo de Newton Belo, cargo em que permaneceu até 1966 (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete: Domingos Diniz Neto).

Todavia, é relevante considerar que boa parte dos candidatos seguia um padrão profissional e atuava em ramos semelhantes da economia. Nesse sentido, as condições sociais em que os candidatos se inserem demonstram as semelhanças políticas em que concorrem, o que possibilita suas vitórias. É importante considerar que a presença dos candidatos nos municípios do estado, foi um elemento fundamental de suas vitórias, seja pelo reconhecimento partidário, como nos casos de Renato Archer e Cid Carvalho, ou político, como na atuação de Domingos Neto em órgãos do Governo.

Entre os candidatos eleitos à Assembleia Legislativa do Maranhão, é possível verificar a tendência seguida na indicação dos candidatos, com muitos nomes eleitos pela primeira vez: dos nove candidatos eleitos, somente três já haviam sido eleitos anteriormente.

**Quadro 4: Relação nominal dos candidatos do MDB-MA eleitos para a Assembleia Legislativa e seus respectivos votos**

<b>Eleitos para a Assembleia Legislativa</b>	<b>Votos Recebidos</b>
Moisés Alves dos Reis	3.314
João Batista de Freitas Diniz	2.296
Isaac Rubens Britto Dias	2.274
João Batista Macêdo Sandes	2.247
José Ribamar Dominice	2.162
Adail da Silva Carneiro	2.118
Yolanda de Holanda Campos e Silva	2.090
José D'Assunção Brandão	1.935
José Bayma Serra	1.906

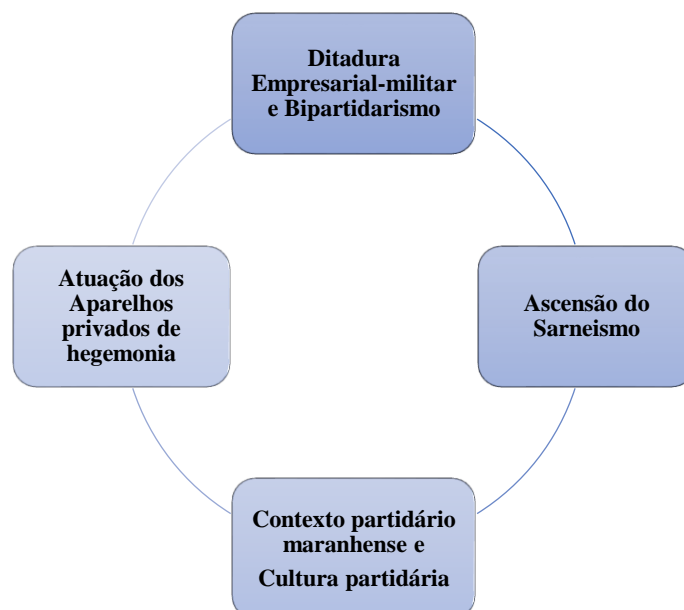
Fonte: Superior Tribunal Eleitoral

Entre os candidatos que já atuavam como deputados estaduais estavam José Ribamar Dominice, Adail da Silva Carneiro e José Bayma Serra, todos originários do antigo PSD. A presença de candidatos com pouco reconhecimento político no estado permite admitir as condições em que se estabelecem as relações políticas, sobretudo, a partir do destaque da ARENA-MA, que dá indícios da pouca representatividade, resultado não só da questão numérica dos deputados do MDB-MA no Maranhão, mas de sua possibilidade de atuação política.

Os votos dados ao primeiro candidato do MDB se aproximam aos que foram dados ao 16º colocado da ARENA (Ruy Ilayno Coelho de Abreu – 3.238 votos), o que reforça a inexpressividade do MDB nas eleições.

Todavia, é necessário levar em consideração os diversos fatores que influenciaram nos resultados eleitorais, como a atuação institucional da Ditadura Empresarial-militar, na formação de uma oposição com pouca expressividade, não só no governo federal, mas nos diferentes estados, bem como a ação dos aparelhos privados de hegemonia e do governo estadual na formação de uma base política que pudesse sustentar a administração de José Sarney. Além disso, é preciso levar em consideração as mudanças que a política partidária no Maranhão já atravessava, com o desgaste do PSD, e a saída de muitos de seus representantes para o PTB, e a ascensão das “Oposições Coligadas”.

**Organograma 1 – Fatores que condicionam a formação do MDB no Maranhão.**



É a partir de um contexto histórico e suas particularidades que o MDB-MA é instalado e esses elementos devem ser levados em consideração na explicação não só na falta de representatividade do partido na conjuntura de sua criação, como no resultado das eleições de 1965.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu elucidar um momento importante da história partidária maranhense, que não dispunha de visibilidade nas produções historiográficas do estado, sobretudo o processo de instauração do bipartidarismo, levando em consideração um conjunto de elementos históricos que condicionaram a formação do MDB no Maranhão.

É importante destacar que o bipartidarismo é parte de uma política de Estado, nesse caso, se origina no anseio político do general-presidente Castelo Branco em ter um maior controle sobre a questão partidária, em um contexto de avanço da oposição em estados de relevância política no país. Todavia, essa reconfiguração da política partidária nacional permite, no conjunto das particularidades do Maranhão, a conformação de novos personagens, alinhados aos interesses políticos da Ditadura.

Primeiramente, deve-se destacar que a instauração do bipartidarismo é um elemento fundamental na formação político oligárquica “sarneista”, um ponto de inflexão na trajetória partidária do estado, fruto de uma relação entre os diferentes agentes políticos da época, no intuito de formar não só um personagem político, José Sarney, mas de reconfigurar toda a política estadual e formar um grupo político partidário que pudesse ser a base governamental das políticas de interesse da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão.

Logo, apesar do bipartidarismo não ser resultado imediato das questões políticas maranhenses, ele acaba sendo muito bem adaptado no intuito de amenizar as forças de uma possível oposição ao governo de José Sarney. As acomodações políticas ocorrem como resultado de um discurso hegemônico, que perpassa o sucesso eleitoral de José Sarney, e “revolucionário” da Ditadura Empresarial-militar, bem como pelo aparelho privado de hegemonia utilizado de forma ampla pelas forças arenistas no Maranhão em relação evidente com o governador José Sarney, que, por sua vez, não poupou esforços para a criação de uma base política que sustentasse as medidas por ele implantadas no estado.

Se, por um lado, como destaca Wagner Cabral (1997, p.10), a ARENA-MA estaria “dilacerada pelos conflitos intestinos”, causados, sobretudo, por uma continuidade das disputas dos agentes políticos do estado dentro daquela sigla partidária e pela tradição governista, por outro não se pode negar que todo o complexo jogo político de então dificultava as condições de fortalecimento de um partido de oposição. O próprio processo de instauração do bipartidarismo convergia para a hegemonia da ARENA, e no Maranhão isso não foi diferente. Deve ser ter em mente todo um complexo contexto de incertezas no campo partidário, que era mediado pelos diferentes artifícios políticos e ideológicos ligados a um partido que é hegemônico não só no

Maranhão, mas que é criado nacionalmente como sustentáculo político da Ditadura Empresarial-Militar. Portanto, essa relação entre José Sarney e a ARENA no Maranhão não pode ser feita de modo direto, sem estabelecer algumas ponderações, entre elas a diversidade que compõe a ARENA-MA<sup>45</sup> e suas implicações diretas nas facções que compunham o partido.

Nesse sentido é importante levar em consideração a complexidade partidária que o estado passava, com o fortalecimento do PTB desde 1963, em que muitos deputados do PSD maranhense vão compor o partido com a finalidade de participar do governo João Goulart e como sustentação das Reformas de Base. No Maranhão, o partido ganha fôlego com a ampliação da hegemonia das “Oposições Coligadas” e sua vitória nas eleições de 1966 para o governo estadual e o enfraquecimento do PSD local.

Esse conjunto de mudanças no âmbito partidário revela o ambiente politicamente cambiante em que o bipartidarismo é instaurado no Maranhão, onde a composição dos partidos não se dá de forma tão direta como a defendida na imprensa local (Oposições Coligadas – ARENA/ PSD - MDB). É possível identificar a complexidade desse contexto no conjunto de deputados que vão compor os partidos quando da sua instalação no estado, evidenciando, por exemplo, a divisão existente no PSD maranhense, que se faz presente nos dois partidos nascentes.

É importante destacar nesse contexto, o que se compreende como a cultura partidária do estado, que, conforme ressalta Arleth Borges a distinção dos partidos no Maranhão não é caracterizada de modo tradicional (direita/esquerda), mas sim em termos de oposição e governismo, se tornando uma tarefa extremamente difícil enquadrar os partidos nessas classificações, “devido a incrível frequência e velocidade com que se alinham numa ou outra posição” (BORGES, 2006, p. 13). Esse aspecto se relaciona a uma determinada tradição governista presente na cultura partidária do estado que, de acordo com Costa (2002), explica a presença substancial de políticos na ARENA-MA. Caldeira também destaca a transferência comum de candidatos da oposição para o partido situacionista, “conforme as pressões e as ofertas manifestadas pelo executivo, dentro de pacto firmado entre este e o legislativo” (CALDEIRA, 1978, p.79).

Se as questões partidárias se justificam apenas no período eleitoral, é algo que precisa de uma atenção maior por parte dos historiadores. O que não se pode negar é que as questões de ordem partidária exerceram nesse período histórico importante significação na opinião pública, sobretudo, quando dispõe de amplo aparato de comunicação que possa servir como

---

<sup>45</sup> O partido foi composto na sua criação por 6 deputados do PSD, 4 das “oposições coligadas”, 5 do PSP e um deputado do PTB.

“organizador das vontades coletivas”. Não se pode negar que a ARENA-MA, dispunha de espaço privilegiado na imprensa maranhense, pautado em construções ideológicas dicotômicas, que a estabelecia como força política inovadora, como parte de um construto político que estava por surgir: “o Maranhão Novo”.

Por outro lado, cabia ao MDB-MA nos “aparelhos privados de hegemonia” ser apenas uma continuidade do “antigo”, do “atraso” representado pelo “vitorinismo”, sem respaldo político, uma mera convenção que fortalecia a ideia de democracia, uma “oposição medíocre”, que não interessava aos agentes políticos do Maranhão. Em um estado com pouco espaço para uma oposição sem solidificação na “sociedade civil”, deve-se questionar não simplesmente a sua capacidade representativa nas esferas do poder, mas suas potencialidades organizativas e elementos que as constituem.

Logo, o resultado das eleições de 1966, é produto de um conjunto de fatores, como apresentado anteriormente. A hegemonia da ARENA-MA, embora siga uma tendência nacional de vitória na maioria dos estados, sendo que “somente na Guanabara o MDB supera a ARENA” (SKIDMORE, 1988, p.114), aquela não pode ser deslocada da realidade política local, e mais enfaticamente das condições de adaptação do bipartidarismo no Maranhão.

Portanto não se pode observar esse momento histórico sem levar em consideração essa variedade de questões que marcaram a implantação do Bipartidarismo no Maranhão. Destacando-se que a hegemonia da ARENA sobre o MDB é resultado de todo um complexo político, que buscou produzir uma oposição que pudesse atender aos diferentes interesses governamentais.



## REFERÊNCIAS

### I) Fontes Documentais:

#### Acervos de Instituições

Tribunal Superior Eleitoral (Endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/partidos>)

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

#### Legislação

BRASIL. **Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Mantém a constituição federal de 1946, as constituições estaduais e respectivas emendas, com as alterações introduzidas pelo poder constituinte originário da revolução de 31.03.1964, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965.** Dispõe sobre a organização dos partidos políticos.

\_\_\_\_\_. **Ato complementar nº 9, de 11 de maio de 1966.** Dispõe sobre a inscrição de candidatos nas eleições indiretas e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.** Institui o Código Eleitoral.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.740, de 15 de novembro de 1965.** Lei orgânica dos partidos.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Estatuto.** 1966. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/movimento-democratico-brasileiro>>. Acesso em: 12 de jan. de 2018.

### Matérias de Jornais:

A grande decisão. *Jornal O Imparcial*. 15 de novembro de 1966.

Aliança Renovadora Nacional (Nota). *Jornal O Imparcial*. 12 de julho de 1966.

ARENA do Maranhão ficará agora sob a suprema autoridade do Governador José Sarney. *Jornal O Imparcial*, 3 de abril de 1966.

Constituídos ontem os órgãos regionais do MDB, *Jornal O Imparcial*, 19 de abril de 1966.

Decisão da ARENA: Cafeteira é corrupto, não pode entrar no partido. *Jornal O Imparcial*, 14 de agosto de 1966.

Líderes do MDB em São Luís, *Jornal Pequeno*, 15 de abril de 1966.

MDB em plena atividade, *Jornal O Imparcial*, 1 de abril de 1966.

Newton Belo articulou MDB para derrubar a revolução no Maranhão, *Jornal O Imparcial*, 3 de maio de 1966.

Nova Oposição no Maranhão lutara com programa, *Jornal O Imparcial*, 11 de fevereiro de 1966.

Nota Oficial: Aliança Renovadora Nacional, *Jornal O Imparcial*, 12 de junho de 1966.

Oposição Mediocre, *Jornal Pequeno*, 20 de fevereiro de 1966.

Renato Archer em São Luís, *Jornal Pequeno*, 14 de abril de 1966.

Um só partido e um só comando, *Jornal O Imparcial*, 10 de abril de 1966.

SARNEY, José. Mensagem aos maranhenses, *Jornal O Imparcial*. 13 de novembro de 1966.

## II) Dicionários

BOBBIO, Norberto. Verbetes: partido político. IN: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2009

COSPITO, Giuseppe. Verbetes: hegemonia. IN: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, Verbetes: Cid Carvalho.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, Verbetes: Renato Archer.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, Verbetes: Domingos Diniz Neto.

FELIPPINI, Michele. Verbetes: partido. IN: \_\_\_\_\_. **Dicionário Gramsciano**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

VOZA, Pasquale. Verbetes: intelectual. IN: \_\_\_\_\_. **Dicionário Gramsciano**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

## III) Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. 358 p.

ARAÚJO NETO, Wilson Pinheiro. **O Jornal Pequeno e a Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão: A perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato do dia 6 de abril**. (Monografia). Graduação em História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral dos partidos políticos. **Revista de Informação legislativa**. v. 16, n. 64 (out./dez. 1979). Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181114> >. Acesso em: 25 de fev. de 2018.

BERNSTEIN, Serge. Partidos políticos e sociologia IN: RÉMOND, René. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **Jornal O Imparcial: o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966)**. Monografia (Graduação em História), Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016. Disponível em: <<http://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2016/11/7.-drielle-souza-bittencourt.pdf>>. Acesso em: 17 de mar. de 2018.

BIZZARRO NETO, Fernando Augusto. **PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: 2013.

BRAGA, Diego Garcia. **Ditadura e política local: a trajetória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Alegrete a partir das fontes orais**. Anais do evento XIII Encontro Nacional de História Oral. 2016. Disponível em: <[http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462679518\\_ARQUIVO\\_Diego.braga.historia.oral.2016.pdf](http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462679518_ARQUIVO_Diego.braga.historia.oral.2016.pdf)>. Acesso em: 21 de fev. de 2018.

BORGES, Arleth Santos. ELEIÇÕES 2006 E MUDANÇA POLÍTICA NO MARANHÃO: alternância de governo e cenários para a alternância de políticas. **Fundação Joaquim Nabuco**. 2006. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2169%3Aeleicoes-2006-e-mudanca-politica-no-maranhao-alternancia-de-governo-e-cenarios-para-a-alternancia-de-politicas&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2169%3Aeleicoes-2006-e-mudanca-politica-no-maranhao-alternancia-de-governo-e-cenarios-para-a-alternancia-de-politicas&catid=58&Itemid=414)>. Acesso em: 14 de mai. de 2018.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura**. v.4, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BUZAR, Benedito. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão**. São Luís: Lithograf, 1998.

\_\_\_\_\_. **Vitorinistas & Oposicionistas (biografias)**. São Luís: Lithograf, 2001.

CALDEIRA, José de Ribamar Costa. As eleições de 1974 no Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 46. Belo Horizonte, UFMG, 1978.

\_\_\_\_\_. Estabilidade Social e Crise Política: O caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 43, Belo Horizonte, UFMG, 1976.

CARNEIRO, Glauco. **Brasil Primeiro, história dos diários associados**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira & Silvia Anette Kneip. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias.** São Paulo: Brasiliense, 1993. 222 p.

COSTA, Wagner Cabral. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão.** São Luís: 1997. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf>. Acesso em: 28 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. Novo Tempo / Maranhão Novo: Quais Os Tempos Da Oligarquia? SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão.** São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002. p. 13-24.

\_\_\_\_\_. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney.** São Luís: Edufma, 2006, 284 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989. 143 p.

COUTINHO, Milson. **O Poder Legislativo do Maranhão: A constituinte de 1947; Legisladores e Presidentes da Assembleia Legislativa.** São Luís: Edição da Assembleia Legislativa. 1988.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe,** 3ª ed, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. IN: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Sociedade política no Brasil pós-61.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 385.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: Ferreira, Jorge; Delgado, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLEISCHER, David. **Do antigo ao novo pluripartidarismo. Partidos e sistemas partidários no Congresso Nacional (1945- 1984).** Brasília, Câmara dos Deputados: 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 05. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”: O caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969)**. Curitiba: Editora CRV, 2012, 156 p.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. SARNEÍSMO NO MARANHÃO: os primórdios de uma oligarquia. IN: \_\_\_\_\_. **A ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO MARANHÃO: interesses, atores e processos de intermediação (1938-1982)**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KINZO, M. D. G. **Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB**. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias**. Anais I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Set. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Rafael-LameiraPauloPeres.pdf>>. Acesso em: 15 de dez. de 2017.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967). **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh**. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em:< [http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1470676219\\_ARQUIVO\\_Ocomplexoindustrial-militareoEstadobrasileiro-1964a1967.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1470676219_ARQUIVO_Ocomplexoindustrial-militareoEstadobrasileiro-1964a1967.pdf)>. Acesso em: 10 de mar. de 2018.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MANFFRÉ, Daniel. O Comportamento dos partidos políticos em um contexto de autoritarismo: Os casos da ARENA e do MDB. **I Semana de Pós-graduação em Ciência Política: Interfaces da Ciência Política**. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/O-Comportamento-dos-Partidos-Pol%C3%ADticos-em-umContexto-de-Autoritarismo-os-Casos-da-ARENA-e-do-MDB.pdf>>. Acesso em: 07 de abr. de 2018.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p. 137-151, 2009.

MENDES, Raissa Caroline Macau. **O milagre do Maranhão: análise da política econômica no governo José Sarney através da imprensa (1966-1970)** (Monografia). Graduação em História, curso de História, universidade Estadual do Maranhão. São Luís: 2017.

MENDONÇA, José Carlos. Partidos Políticos: da visão dos clássicos aos desafios da (pós?) modernidade. **Revista em Tese**, Vol. 4 n. 2 (2), janeiro-julho/2008, p. 67-83. ISSN 1806-5023. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13456>>. Acesso em: 15 de mar. de 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Regina. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MICHELS, Robert. **Os partidos políticos**. Tradução: Hamilton Trevisan. São Paulo: Editora Senzala. [s.d.]

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade. A trajetória do MDB**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História/UFMG, mimeo. 1993.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014. 342 p.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **“Porque muitos juraram para trair”**. São Luís: EDUEMA, 2015. 152 p.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, nº1, p.30-45, jan/jun., 2009.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A Nova História Política e o Marxismo. **Revista OPSIS**. V.8, n. 11. Goiás: 2008. Disponível em: < <https://doi.org/10.5216/o.v8i11.9356>>. Acesso em: 14 de jan. de 2018.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói: Tese de doutorado, 2010.

\_\_\_\_\_. **O sarneismo rumo ao poder: disputas eleitorais e o projeto do “Maranhão Novo”**. In.\_\_\_\_\_; PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana da (orgs.). Maranhão Republicano em foco: Estado, Imprensa e Historiografia. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2005, p. 67-84.

\_\_\_\_\_. **Os Sarney: comunicações, Negócios e Poder no Maranhão**. In. PEDREIRA, Pedro Henrique; MOTTA, Rafael Vaz da. Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

PINTO, Pamela Araujo. JORNAL O IMPARCIAL: o embrião do fotojornalismo maranhense. **Cambiassú** (São Luis). v.15, p.30 -45, 2008.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. IN: FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

SADER, Emir (org.) **Gramsci: poder política e partido**. Tradução Eliana Aguiar, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 144 p.

SHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fondo de Cultura. 1961.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Alessandro O; TAUIL, Rafael M; COLOMBO, Lucélia. **O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB**. *Sinais*. v.1, n.19. Espírito Santo: 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25067/s.v1i19.13215>. Acesso em: 09 de mar. de 2018.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do "sim, senhor": A aliança renovadora nacional (arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969)**. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

VIANA, Nildo. **O que são Partidos Políticos?** Goiânia: Editora Germinal. 2003

ZAVARIZE, Denise Moreira Schwantes. **O Bipartidarismo Brasileiro (1965-1979) Dissertação (Mestrado em Direito)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Florianópolis, 1987. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106287?show=full>>. Acesso em: 19 de mai. de 2019.

## ANEXOS

**Anexo 1: Lista de Candidatos a Deputados Estaduais suas respectivas formações profissionais e declaração de bens.**

<b>Candidatos e Idade ao se candidatar</b>	<b>Ocupação declarada</b>	<b>Total de bens declarados</b>
Adail da Silva Carneiro (39 anos)	Industrial e Deputado Estadual	Cr\$ 26.498.000,00
Antônio Azevedo Gomes (29 anos)	Contador	Declara não possuir bens
Avilásio Fonsêca Maranhão (65 anos)	Advogado	Declara não possuir bens
Bernardo Coêlho de Almeida (34 anos)	Motorista	Cr\$ 16.000.000,00
Benedito Ferreira Pires I (39 anos)	Jornalista	Cr\$ 9.000.000,00
Eliezer Adalto Costa Pereira da Silva (43 anos)	Comerciante	Cr\$ 2.730.000,00
Elisa Brito (28 anos)	Advogada	Cr\$ 11.850.000,00
Frederico Lêda (54 anos)	Comerciante	Cr\$ 15.636.000,00
Fernando Antônio Guimarães Macieira (28 anos)	Advogado	Declara não possuir bens
Genival Marinho de Sousa (41 anos)	Funcionário público	Cr\$ 8.965.030,00
Gutemberg Oliveira (31 anos)	Funcionário público	Declara não possuir bens
Henrique Schalcher Filho (43 anos)	Funcionário público	Cr\$ 69.060.000,00
Hilton de Oliveira Rodrigues (45 anos)	Funcionário público	Declara não possuir bens
Izilda Fialho Félix Mota (49 anos)	Funcionária pública	Cr\$ 220.000,00
Isaac Rubens Brito Dias (29 anos)	Funcionário público	Cr\$ 5.750.000,00
João Batista Macêdo Sandes (30 anos)	Advogado	Cr\$ 1.495.000,00
João Henrique Belo Pereira (38 anos)	Advogado	Cr\$ 5.510.000,00
João Jorge Filho (44 anos)	Comerciante	
João Batista Freitas Diniz (não encontrado)	Funcionário público	Cr\$ 42.185.000,00
José Cupertino de Araújo (52 anos)	Comerciante	Cr\$ 8.100.000,00
José Bayma Serra (43 anos)	Industriário	Declara não possuir bens
José D'Assunção Brandão (44 anos)	Médico	Cr\$ 1.078.000,00
José Gabriel dos Santos Neto (57 anos)	Serventuário de Justiça	Cr\$ 22.020.000,00
José Lira Brito (38 anos)	Comerciante	Cr\$ 160.300.000,00
José Pinheiro Gaspar (29 anos)	Contador	Cr\$ 2.150.000,00



José Pereira Pires (48 anos)	Funcionário público aposentado	Declara não possuir bens
José Ribamar Dominici (36 anos)	Criador de animais	Cr\$ 17.000.000,00
Juarez Silva Costa (36 anos)	Funcionário público	Cr\$ 13.000.000,00
José Luís Regino de Carvalho (35 anos)	Funcionário público	Cr\$ 13.000.000,00
Luís Augusto Alves (45 anos)	Funcionário público	Cr\$ 6.640.000,00
Mario Pereira da Silva (41 anos)	Funcionário público	Cr\$ 7.110.000,00
Miguel Fontoura Dias (32 anos)	Advogado	Declara não possuir bens
Moisés Alves dos Reis (45 anos)	Comerciante	Cr\$ 94.700.000,00
Paulo de Tasso Fonsêca (39 anos)	Advogado	Cr\$ 6.500.000,00
Raimundo Nonato Travassos Furtado (55 anos)	Jornalista	Cr\$ 9.010.000,00
Ricardo Bartolomeu Martins Bógea (28 anos)	Advogado	Cr\$ 7.500.000,00
Valdivino Diniz Castelo Branco (31 anos)	Bancário	Cr\$ 3.360.000,00
Yolanda Holanda Campos e Silva (não encontrado)	Doméstica	Cr\$ 4.500.000,00